

Relatório de Atividades

Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes

2019

COMISSÃO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES

Relatório de Atividades

2019

Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes

Av. Fontes Pereira de Melo, 7 - Piso 7.º Dtº 1050-115 Lisboa • PORTUGAL

☎ +351 21 322 24 90 • Fax 21 322 24 91

✉ correio.cpvc@sg.mj.pt

<http://cpvc.mj.pt>

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
2. FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO	8
3. O REQUERIMENTO	13
4. CONCEITO DE INDEMNIZAÇÃO PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DA LEI N.º 104/09, DE 14 DE SETEMBRO	16
5. REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS DE INDEMNIZAÇÕES PARA VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS	19
6. REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS DE INDEMNIZAÇÕES PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	29
7. A PROBLEMÁTICA DAS INDEMNIZAÇÕES A VÍTIMAS DE CRIMES EM PORTUGAL.....	33
8. MOVIMENTO PROCESSUAL	
8.1 HISTÓRICO DE PROCESSOS ENTRADOS (QUADRO 1)	36
8.2 MOVIMENTO DE PROCESSOS (QUADRO 2)	38
8.3 PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO ENTRADOS E FINDOS EM 2019 (QUADRO 3)	41
8.4 PROCESSOS FINDOS NO ANO DE 2019 (QUADRO 4).....	42
8.5 ESTADO DOS PROCESSOS A 31.12.2019 (QUADRO 5)	43
9. RECEITAS E VALOR EXECUTADO EM 2019	
9.1 RECEITAS EM 2019 (QUADRO 6).....	44
9.2 VALOR EXECUTADO EM 2019 (QUADRO 7)	45
9.3 CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES EXECUTADOS EM 2019 (QUADRO 8).....	46
10. INDEMNIZAÇÕES	
10.1 INDEMNIZAÇÕES ATRIBUÍDAS EM 2019 (QUADRO 9 E QUADRO 10).....	47
10.2 PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO ENTRADOS E FINDOS EM 2019 (QUADRO 11)	48
10.3 TOTAL DE INDEMNIZAÇÕES DE VD E PRORROGAÇÕES ATRIBUÍDAS EM 2019 (QUADRO 12)	49
11. CAUSAS DE ARQUIVAMENTO (QUADRO 13 E QUADRO 14)	50
12. CARACTERIZAÇÃO DOS PEDIDOS	
12.1 REQUERIMENTOS POR TIPO DE CRIME (QUADRO 15 E QUADRO 16).....	54
12.2 REQUERENTES POR TIPO DE CRIME (QUADRO 17 E QUADRO 18)	57
13. CARACTERIZAÇÃO DOS REQUERENTES/VÍTIMAS	
13.1 IDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS POR TIPO DE CRIME (QUADRO 19 E QUADRO 20)	60
13.2 REQUERENTES/VÍTIMAS POR GÉNERO E TIPO DE CRIME (QUADRO 21 E QUADRO 22)	63



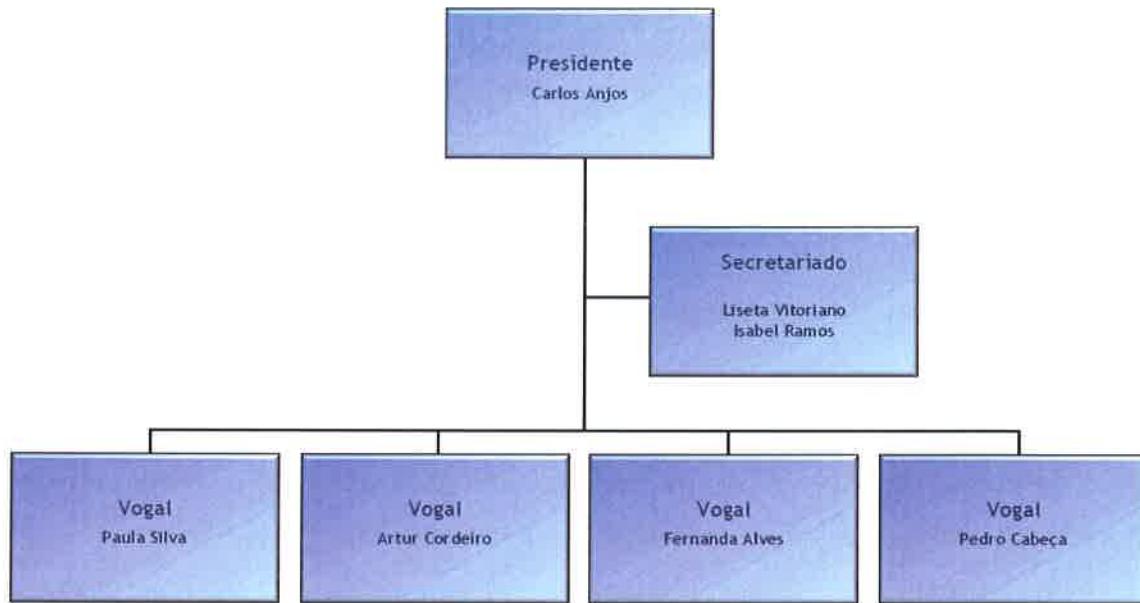
13.3 ESTADO CIVIL DOS REQUERENTES/VÍTIMAS POR TIPO DE CRIME (QUADRO 23 E QUADRO 24).....	65
13.4 HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS REQUERENTES/VÍTIMAS (QUADRO 25 E QUADRO 26)	68
13.5 PROFISSÃO DOS REQUERENTES/VÍTIMAS (QUADRO 27 E QUADRO 28)	70
13.6 NACIONALIDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS POR TIPO DE CRIME (QUADRO 29 E QUADRO 30)	73
13.7 REQUERENTES/VÍTIMAS MENORES DE IDADE POR TIPO DE CRIME (QUADRO 31)	75
14. CARACTERIZAÇÃO DOS AGRESSORES	
14.1 IDADE DOS AGRESSORES POR TIPO DE CRIME (QUADRO 32 E QUADRO 33).....	77
14.2 AGRESSORES POR GÉNERO E TIPO DE CRIME (QUADRO 34 E QUADRO 35)	79
14.3 ESTADO CIVIL DOS AGRESSORES POR TIPO DE CRIME (QUADRO 36 E QUADRO 37)	81
14.4 HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS AGRESSORES (QUADRO 38 E QUADRO 39)	83
14.5 PROFISSÕES DOS AGRESSORES (QUADRO 40 E QUADRO 41)	85
14.6 NACIONALIDADE DOS AGRESSORES (QUADRO 42 E QUADRO 43)	88
14.7 SITUAÇÃO PRISIONAL DOS AGRESSORES (QUADRO 44 E QUADRO 45)	91
15. CARACTERIZAÇÃO DAS ARMAS UTILIZADAS (QUADRO 46 E QUADRO 47)	94
16. RELAÇÃO ENTRE OS INTERVENIENTES NO PEDIDO	
16.1 RELAÇÃO ENTRE A VÍTIMA E O AGRESSOR (QUADRO 48 E QUADRO 49)	98
16.2 RELAÇÃO ENTRE O/A REQUERENTE (VÍTIMA INDIRETA) E A VÍTIMA NOS CASOS DE HOMICÍDIO E OUTROS CRIMES CUJO RESULTADO É A MORTE (QUADRO 50).....	102
17. TOTAL DE CRIMES POR TRIBUNAL DE COMARCA (QUADRO 51)	104
18. SERVIÇOS DE APOIO NA CPVC (QUADRO 52)	106
19. OUTRAS ATIVIDADES DA COMISSÃO	108





7.

ORGANOGRAMA DA CPVC



1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Impõe o disposto na al. e) do n.º 4 do art.º 7 da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, que a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, doravante apenas designada por Comissão, apresente no 1.º trimestre de cada ano, o Relatório de Atividades referente ao ano transato.

Assim, e no cumprimento desse preceito legal, a Comissão apresenta o seu Relatório de Atividades referente ao período de tempo compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019.

No ano de 2019, e como de resto decorre do quadro legal vigente - a Lei n.º 104/09, de 14 setembro - a principal missão da Comissão continuou a ser, à semelhança dos anos anteriores, a concessão de apoios económicos, sob a forma de adiantamentos da indemnização, pagos numa única prestação às vítimas de crimes

8

violentos ou sob a forma de renda mensal, relativamente às vítimas de violência doméstica.

Para além daquilo que é efetivamente o “*core business*” da Comissão, ou seja, como foi já referido, a concessão de adiantamentos da indemnização a vítimas de crimes violentos - Capítulo II Lei n.º 104/09, de 14 setembro - bem como a concessão de apoios económicos sob a forma de renda mensal - Capítulo III Lei n.º 104/09, de 14 setembro - a conceder a vítimas do crime de Violência Doméstica, prevê ainda o mesmo diploma legal, no n.º 9 do seu art.º 4 que, para além daqueles apoios financeiros, a Comissão possa ainda apoiar as vítimas de crimes violentos e de violência doméstica de outras formas, nomeadamente, através de medidas de apoio social e educativo, bem como terapêuticas adequadas à recuperação física, psicológica e profissional, em cumprimento das demais disposições legais aplicáveis, e no quadro de protocolos a celebrar entre a Comissão e entidades públicas e privadas pertinentes em razão da matéria.

No entanto, constata-se que desde a aprovação, em 14 de setembro de 2009, ou desde a sua entrada em vigor, a 01 de janeiro de 2010, nunca a Comissão foi dotada dos meios necessários para poder responder àqueles desafios do legislador, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de recursos económico-financeiros que lhe possibilitassem poder alargar o seu raio de ação e dimensionar este longo campo de apoios. Nem sequer o legislador, depois de aprovada a lei, a regulamentou para que aquelas competências pudessem de facto ser exercidas.

E sublinhamos que no dia em que se decida que aquelas competências são para efectivar, e se regule as condições em que aqueles apoios podem ser concedidos, é não só indispensável reforçar a Comissão com os meios económico-financeiros à sua concretização, bem como dotá-la dos meios humanos adequados, e garantir a estabilização desse quadro de pessoal. Caso isso não aconteça, com os meios humanos e os meios económico-financeiros existentes é, pura e simplesmente, impossível responder positivamente a mais algum desafio ou a um aumento das competências desta Comissão.

Mas a necessidade de no futuro a Comissão poder vir a alargar o seu leque de competências e poder atribuir às vítimas de crime aquele tipo de apoios - os descritos no n.º 9 do art.º 4 da Lei n.º 104/09, de 14 setembro - é cada vez mais imperiosa. Do contacto que a Comissão tem tido com as vítimas, principalmente as vítimas de crime violento, em muitas situações, mais do que um apoio económico, estas vítimas, sejam aquelas que sofreram diretamente o crime ou os seus familiares, necessitam de um apoio de cariz psicológico, que se manifeste mais próximo do momento do crime, e não apenas depois do encerramento do processo-crime, que pode acontecer em poucos meses ou prolongar-se no tempo, conforme a maior ou menor complexidade dos factos em causa.

Sem embargo de diferente opinião, entende a Comissão que esta situação tem de ser pensada e revista, podendo tanto ocorrer numa alteração pontual ao quadro legal vigente ou em sede de uma reforma mais profunda da legislação em vigor, podendo mesmo optar-se pela revogação da atual Lei n.º 104/09, de 14 setembro, através da aprovação de um novo diploma que responda de uma forma mais efetiva aos novos desafios da nossa vida social, bem como às necessidades das vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.

Tem pois esta Comissão a noção exata que, em muitos casos, o apoio psiquiátrico e psicológico, bem como algum tipo de apoio relacionado com a recuperação física de algumas vítimas de crimes violentos, seria tão importante quanto o apoio financeiro que atualmente se concede. Temos plena consciência que o tipo de apoio concedido está muito longe das necessidades sentidas pelos cidadãos vítimas de crimes violentos.

Mas também é um facto que os pedidos de adiantamento das indemnizações que nos são apresentados têm particularidades que impedem no imediato a resolução desse problema.

Assim, e a saber, a primeira deriva do facto de os pedidos de concessão de um adiantamento da indemnização nos chegarem, na esmagadora maioria dos casos, já depois do final do processo-crime ter ocorrido, e por isso distante do momento da ocorrência do crime, o que faz com que o pior período para a vítima, do ponto de vista psicológico, esteja, em muitos casos, já suavizado.

O contacto com a Comissão ocorre, assim, não no momento em que a intervenção clínica, psiquiátrica ou psicológica, era mais necessária e onde devia ter sido iniciada, mas num momento muito posterior.

A segunda prende-se com o facto de os pedidos para a concessão desse adiantamento da indemnização serem oriundos de todo o território nacional, o que faz com que, do ponto de vista do apoio atrás referido - psicológico ou psiquiátrico - seja muito complicado criar uma nova estrutura que abranja todo o país.

Convém assinalar que as muitas associações de apoio à vítima existentes estão mais direccionadas para o apoio a vítimas do crime de violência doméstica, sendo que, por essa razão, as vítimas de crimes violentos, ou os seus familiares diretos no caso dos homicídios, sentem muitas dificuldades, algumas inultrapassáveis mesmo, no acesso a outro tipo de apoio, nomeadamente os atrás referidos.

É um facto que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) estabeleceu um protocolo com a Polícia Judiciária no sentido de poder apoiar psicologicamente as vítimas indiretas de crimes de homicídio, porém, continuamos a deparar-nos com o problema da cobertura geográfica de todo o território nacional, assim como com a forma como esse apoio é prestado, muitas vezes através do recurso a meios digitais (como o *Skype* e outros), o que impede um contacto direto entre o paciente/vítima e o técnico.

Assim, aquilo que verificamos é que é mais fácil obter apoios, a todos os níveis, pelas vítimas que residem nas grandes cidades, sendo muito mais difícil obter esses mesmos apoios quando se reside longe dos grandes centros urbanos, nomeadamente no interior do país.

Quer-nos pois parecer que, no futuro, temos que evoluir para um outro sistema, com outras valências, procurando chegar a todos aqueles que foram ou são vítimas de crimes violentos, independentemente de viverem em grandes centros urbanos ou em locais de menor densidade geográfica.

Uma das hipóteses na evolução desse modelo seria a elaboração de um protocolo com a Ordem dos Psicólogos, de modo a se conseguir consultas a preços mais acessíveis para o Estado, a título de exemplo, ao nível dos preços praticados pela ADSE, preços que seriam já susceptíveis de ser suportados por esta Comissão, para

g

que pudéssemos estender o apoio psicológico a vítimas de crimes violentos de todo o país, tratando todos os cidadãos de igual forma, independentemente do local de residência.

Este tipo de apoio é extraordinariamente importante, até porque, como todos sabemos, o próprio Serviço Nacional de Saúde apresenta algumas fragilidades no que respeita a consultas de psicologia e psiquiatria.

Mas para que esta decisão possa ser tomada, é imperioso conseguir aumentar-se o orçamento anual da Comissão.



2. FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Consagra o n.º 2 do art.º 7 da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, que a Comissão deve funcionar com um Presidente e um número par de membros, num mínimo de dois e num máximo de quatro, indicados nos termos conjugados do n.º 2 do art.º 7 da Lei n.º 104/09, de 14 setembro e do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-lei n.º 120/2010, de 27 de outubro, da seguinte forma:

- O Presidente, indicado pelo membro do Governo responsável pela área da justiça;
- Um vogal, indicado pelo membro do Governo responsável pela área da justiça;
- Um Vogal, indicado pelo Conselho Superior da Magistratura;
- Um Vogal, indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- Um Vogal, indicado pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

A Comissão iniciou o ano de 2018 com a seguinte constituição:

- O Presidente, Dr. Carlos Anjos, Inspetor-chefe da Polícia Judiciária, que desempenha as suas funções a tempo inteiro;

- Vogal, Dra. Paula Dias da Silva, Inspetora da Polícia Judiciária, que também desempenha funções nesta Comissão a tempo inteiro;
- Vogal, Dr. Artur José Carvalho de Almeida Cordeiro, Juiz de Direito, que desempenha funções em regime de acumulação com as suas funções no Tribunal Marítimo de Lisboa;
- Vogal, Dra. Maria Fernanda Alves, Procuradora da República, que desempenha o seu cargo em acumulação com as funções na 7.ª Secção do DIAP de Lisboa;
- Vogal, Dr. Pedro Cabeça, advogado, que desempenha o cargo em acumulação com a sua actividade profissional.

No que diz respeito aos elementos que integraram a Comissão no ano de 2019, constata-se que existiu uma constância, uma vez que não existiram substituições, o que fez com que a Comissão, nesse particular, tivesse funcionado ao nível da decisão com total estabilidade.

Assim, fruto dessa estabilidade, todas as reuniões marcadas foram realizadas, sendo que em 91% das mesmas estiveram presentes todos os membros da Comissão, nunca se colocando um problema de falta de quórum, que fizesse com que a reunião fosse suspensa ou adiada.

Todos os membros, incluindo aqueles que desempenham este cargo em acumulação com outra actividade profissional, assumiram sempre as suas funções nesta Comissão com enorme sentido de responsabilidade e de zelo.

Mas se relativamente aos membros da Comissão existiu total estabilidade, o mesmo não aconteceu, como veremos, no que diz respeito ao apoio administrativo.

Apesar das alterações ocorridas, foi sendo possível manter alguma estabilidade no serviço, apesar das dificuldades existentes. Frise-se que o problema advém do facto de o quadro de apoio administrativo ser já muito diminuto, quadro esse que pelas razões conhecidas das contas públicas, não pode ser reforçado, o que causou grandes dificuldades, sendo esse um dos maiores problemas da Comissão. Sem um apoio administrativo atuante, que possa desempenhar em tempo as suas

obrigações, o trabalho da Comissão será sempre prejudicado, pois os processos/pedidos demoram mais a chegar à decisão, por incapacidade na instrução.

A situação só não é mais grave, tendo sido possível manter o trabalho razoavelmente em dia, porque as duas funcionárias administrativas que prestam atualmente serviço nesta Comissão são de qualidade superior, desempenhando com grande espírito de missão e sacrífico a sua missão.

Iniciou-se o ano de 2019 com duas funcionárias no apoio administrativo, as quais são responsáveis por todo o serviço de carácter administrativo, bem como pela colaboração na instrução dos processos. Assim, no início do ano de 2019 desempenhavam funções nesta Comissão as seguintes funcionárias:

- Assistente Técnica, Liseta Vitoriano;
- Assistente Técnica Alzira Bracinhos.

Relativamente ao quadro de pessoal administrativo desta Comissão, e numa breve resenha, constata-se que no ano de 2017 a Comissão havia perdido uma funcionária que se encontrava aqui colocada em regime de mobilidade e que foi transferida para Almada, área da sua residência, no caso a assistente técnica Maria Isabel Brígido.

Esta funcionária deixou de prestar serviço na Comissão no dia 30 de abril de 2017. Foi aberto um procedimento concursal também em regime de mobilidade, tendo sido recrutada a assistente operacional Sandra Carvalho.

Esta funcionária iniciou funções nesta Comissão no dia 02 de maio de 2018.

Constata-se assim que entre abril de 2017 e maio de 2018, ou seja, durante mais de um ano, a Comissão funcionou apenas com duas funcionárias administrativas, recursos humanos manifestamente insuficientes para que a Comissão possa desenvolver cabalmente as suas funções.

Dar entrada a todo o expediente; classificar e arquivar documentação; fazer atendimento ao público, seja esse atendimento presencial ou telefónico; cumprir todos os despachos dos membros da Comissão, nomeadamente na fase de instrução

processual; contactar por correio electrónico, telefone ou por ofício, todas as entidades que dispõem de informação relevante à instrução dos processos; preparar as reuniões; notificar todos os requerentes e demais serviço, é tarefa impossível para duas únicas funcionárias. O ideal seria o dobro, ou seja, nas atuais condições e sem acréscimo de funções, seriam necessárias quatro funcionárias administrativas para manter o funcionamento da Comissão sem quaisquer atrasos. Com três funcionárias, apesar das dificuldades, é possível manter o funcionamento da Comissão com um nível de resposta razoável. Com duas únicas funcionárias isso é simplesmente impossível, passando a existir automaticamente um atraso logo ao nível dos registos de correspondência, o que provoca atrasos na instrução e conclusão dos processos.

A assistente operacional Sandra Carvalho, que havia entrado em 02 de maio de 2018, viria a sair no dia 30 de agosto de 2018, por ter sido requisitada pela Casa Militar do Senhor Presidente da República, o que fez com que apenas tivéssemos três funcionárias durante quatro meses.

Foi aberto um novo procedimento concursal em regime de mobilidade, tendo sido possível requisitar uma nova funcionária, que entrou em funções já em 2019.

Quer isto dizer que a Comissão, em 2018 e durante oito meses, teve o seu mapa de pessoal apenas com duas funcionárias administrativas, causando inevitavelmente um impacto nos resultados alcançados, uma vez que não foi possível tramitar a parte administrativa em tempo útil, repercutindo-se no tempo de decisão dos pedidos.

E mesmo assim, de uma forma positiva, os resultados obtidos só foram possíveis devido às excepcionais qualidades pessoais e profissionais das senhoras Liseta Vitoriano e Alzira Bracinhas, da sua inextinguível dedicação à causa pública em geral e a esta Comissão em particular.

Não obstante, devido ao volume de trabalho existente, houve alguma acumulação, a qual levará certamente algum tempo a regularizar.

Previu-se o reforço de meios humanos, no início de maio de 2018, com a colocação de uma nova funcionária, também através de um processo de mobilidade, mas o certo é que a Comissão trabalhou um ano apenas com duas funcionárias, sendo que

nos impedimentos destas, como licenças e férias, apenas uma estava disponível para o trabalho.

No dia 01 de abril de 2019, no seguimento de um concurso de mobilidade interna, foi colocada nesta Comissão, a assistente técnica Maria Isabel Pires Valente Marques Ramos.

Nesse momento, a situação melhorou, uma vez que voltou a Comissão a ter três funcionárias administrativas, o que permitiu fazer divisão de trabalho, tendo a produtividade aumentado exponencialmente, passando o trabalho administrativo, como a entrada de correio a estar em dia.

Acontece que no dia 01 de junho de 2019, a assistente técnica Alzira Maria Alves da Silva Trindade Bracinhos, na sequência de um processo interno de mobilidade intercarreiras, foi colocada na Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, sofrendo novamente a Comissão uma perda significativa no seu quadro de pessoal administrativo, causando novamente enormes dificuldades no seu funcionamento, pois como foi já referido, é extraordinariamente difícil manter um bom nível operacional apenas com duas funcionárias administrativas.

Desde o momento da saída da colaboradora Alzira Bracinhos que a Comissão tem vindo a diligenciar no sentido de suprir aquela perda de um recurso humano, mas até ao momento, isso ainda não foi possível.

Assim, sem base de dados informática, sendo toda a informação e documentos tramitados manualmente, situação agravada por um quadro de pessoal deficitário, o funcionamento da Comissão, e o cumprimento das suas obrigações, apenas acontece devido ao extraordinário desempenho de todos quantos cá trabalham, em particular devido ao esforço da funcionária administrativa Liseta Vitoriano e da assistente técnica Isabel Ramos, que estoicamente têm conseguindo manter algum controlo de todo o movimento administrativo da Comissão.



§

3. O REQUERIMENTO

A Lei n.º 104/09, de 14 setembro, nos n.ºs 1 e 2 do art.º 10º, estabelece que o pedido de concessão de um adiantamento da indemnização depende sempre da apresentação de um requerimento, o qual tem de ser dirigido a esta Comissão pela própria vítima, ou por quem legalmente a represente.

O pedido pode ser feito pelas pessoas referidas no n.º 1 do art.º 2º - vítimas de crime violento - e n.º 1 do art.º 5º - vítimas do crime de violência doméstica - ou pelas entidades elencadas no n.º 4 do art.º 10º - as entidades públicas, incluindo o Ministério Público, bem como as associações ou outras entidades privadas que prestem apoio às vítimas de crimes, por solicitação ou em representação da vítima. Prevê também a Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, que o modelo de requerimento tem obrigatoriamente de ser aprovado pelo membro do governo responsável pela área da justiça.

No seguimento dessa imposição legal, no dia 28 de novembro de 2012, veio a ser aprovada pela senhora Ministra da Justiça, a Portaria n.º 403/2012, a qual foi publicada na I Série do Diário da República, no dia 07 de dezembro de 2012, Portaria essa onde são aprovados dois modelos de requerimentos diferentes, um a preencher pelas vítimas de crime violento e outro a preencher pelas vítimas do crime de violência doméstica.

Assim, as vítimas que solicitam a concessão de um adiantamento da indemnização por terem sido vítimas de um crime violento, têm de preencher o respetivo requerimento, modelo aprovado na referida Portaria, o mesmo acontecendo com as vítimas que solicitam a concessão de um adiantamento da indemnização por terem sido vítimas do crime de violência doméstica.

A Lei n.º 104/09, de 14 setembro, prevê ainda no seu art.º 12º, a tramitação eletrónica do procedimento de requerimento e de instrução, procedimento esse a regular por portaria do membro do governo com a pasta da Justiça.

Até este momento esse procedimento e a forma como se processa ainda não foi regulamentado.

A Comissão passou a dispor de uma página na internet desde o dia 02 de dezembro de 2016, a qual pode ser consultada através do endereço <http://cpcv.mj.pt>, tornando-se num local onde todos os cidadãos podem encontrar informação relativamente ao apoio a conceder a vítimas de crimes disponibilizado pelo Estado português.

Nesta página podem igualmente os cidadãos encontrar, para além das referências à legislação de apoio às vítimas de crimes, dados estatísticos da Comissão, incluindo os Relatórios de Atividades que anualmente são publicados, bem como outras informações de interesse a toda a população em geral e às vítimas de crime em particular.

Entretanto, durante o ano de 2019, foi criado o Portal da Justiça, local onde estariam alojados todos os serviços do Ministério da Justiça. Ao longo do ano foram feitos esforços no sentido migrar os dados de todos os serviços para esse portal único da Justiça, sendo que a migração dos dados da Comissão já se iniciou mas, por vicissitudes várias, ainda não está concluída.

Frise-se no entanto que a possibilidade de tramitação eletrónica do processo seria de facto uma mais-valia, com ganhos de tempo, de uniformização dos procedimentos e simplificação dos mesmos, trazendo ou possibilitando inúmeros ganhos materiais, de recursos humanos e até financeiros.

No entanto é necessário perceber que essa inovação - tramitação eletrónica do requerimento e respetivo processo - embora de extrema importância, não é uma panaceia para todos os problemas, porquanto existem ainda muitas pessoas com poucos conhecimentos na área das tecnologias digitais. Nem todas as pessoas têm conhecimentos de informática, nem todas as pessoas têm conta de correio eletrónico, nem todas as vítimas têm computador ou acesso à internet. E quando falamos de vítimas, falamos, por vezes, de pessoas muito vulneráveis, desprotegidas e em fuga das suas residências, onde deixaram o pouco que tinham. Assim, muitas das vítimas de crime violento e de crime de violência doméstica são pessoas muito humildes, oriundas de todo o território nacional, muitas delas viveram sempre no interior do país, algumas em pequenas aldeias ou lugares. Em muitas situações toda a sua vida foi pautada por muitas dificuldades económicas,

muitas vezes sem recursos para poderem constituir advogado ou sem qualquer outro tipo de representante ou de apoio. Em muitos casos em rutura com a própria família, algumas delas sem conhecimentos para pedirem apoio jurídico, razões que levam a que tenham muita dificuldade em entregar até por correio postal a documentação necessária à instrução do processo. Em muitos destes casos, o acesso destas pessoas a esta Comissão, e à possibilidade de lhes vir a ser concedido um adiantamento da indemnização, poderia mesmo agravar-se se a tramitação eletrónica fosse obrigatória ou se fosse a única forma destas pessoas se poderem relacionar com este serviço, pois isso obrigaria a conhecimentos informáticos, que muitos delas não têm, bem como à posse ou acesso a recursos informáticos, de digitalização e envio de documentos, entre outras coisas, meios que muitas dessas pessoas manifestamente não possuem.

É pois necessário que esta evolução se faça com algum cuidado, pois não podemos deixar algumas pessoas fora do sistema unicamente por não dominam ainda as tecnologias da informação. Atente-se que relativamente às vítimas de violência doméstica, a esmagadora maioria, quando procura apoio junto desta Comissão, encontra-se numa situação limite, depois de se terem visto obrigadas a sair de casa para fugir do agressor, muitas vezes deixando para trás todos os seus bens, sendo que na maior parte das vezes não têm sequer roupa para vestir, quanto mais meios informáticos.

Este é pois um caminho que obrigatoriamente tem de ser percorrido com muita cautela, para que ninguém seja excluído no decurso do processo de modernização. Assim, e em defesa do interesse de todas as potenciais vítimas, importa continuar a permitir que a entrega do requerimento, e respetiva documentação anexa, possa continuar a ser feita nas formas mais tradicionais, ou seja, por correio ou através da entrega em mão nos serviços da Comissão. Tal não nos impede de continuarmos a incentivar a tramitação do processo em suporte eletrónico, procurando a celeridade e a desmaterialização processual, solicitando a todos os seus endereços de correio eletrónico, por exemplo, para que possam ser notificados dos pedidos de documento e das propostas de decisão e decisões da Comissão, através dessa via,

muito mais rápida, expedita e que absorve muito menos recursos, quer humanos, quer materiais.

Entendemos que deve ser o Estado, e neste caso em particular a Comissão, a adaptar-se às condições reais de vida das vítimas e não o contrário, pois isso iria fazer com muitas vítimas ficassem impedidas de recorrer aos nossos serviços.



4. CONCEITO DE INDEMNIZAÇÃO PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DA LEI N.º 104/09, DE 14 DE SETEMBRO

Antes de analisarmos o movimento processual, como fazemos todos os anos, convém precisar alguns aspetos em termos meramente informativos, sendo que todos os esclarecimentos que se seguem estão disponíveis na nossa página de internet para consulta e entendimento do quadro legal vigente e a forma como a Comissão aplica e interpreta esse mesmo quadro legal.

Uma das principais noções a ter é que, uma coisa é a indemnização civil decidida pelos Tribunais, e outra coisa, substancialmente diferente, são os adiantamentos da indemnização atribuídos por esta Comissão.

Chegam frequentemente a esta Comissão muitas vítimas (e seus representantes legais) com uma noção errada do que é o adiantamento da indemnização previsto na Lei n.º 104/09, de 14 setembro, principalmente aquele previsto no Capítulo II deste diploma legal e que se dirige às vítimas de crimes violentos. Assim, existe um grande número de vítimas, bem como representantes legais (advogados, ONG's, etc.) que procuram a esta Comissão convencidos de que vêm “cobrar” a indemnização civil arbitrada pelo Tribunal, e, pior, estão convencidos de que o Estado tem a obrigação de lhes pagar esse valor.

Em muitos casos, no final do processo-crime, as vítimas já nem executam a sentença, vindo imediatamente a esta Comissão requerer que seja o Estado a efetuar esse pagamento, havendo outros casos ainda em que nem sequer deduzem

o pedido de indemnização civil contra o autor dos factos, preferindo vir desde logo a esta Comissão exigir esse pagamento, ou, por último, fazem o pedido logo a seguir ao crime, querendo que a indemnização lhes seja paga de imediato e pelo valor que entendem ter sido lesados, sem que desses factos tenha ainda sido feita qualquer prova em Tribunal.

Assim, sente a Comissão necessidade de esclarecer a diferença de conceitos e de realidades.

Uma coisa é a indemnização civil decidida em Tribunal, outra, substancialmente diferente, é a concessão de um adiantamento da indemnização atribuído por esta Comissão.

São realidades diferentes que nada têm a ver uma com a outra, embora a Comissão fundamente as suas decisões com base na matéria de facto provada em Tribunal.

De uma forma simplista, podemos dizer que a indemnização civil é o direito que uma vítima de crime tem de exigir que o autor desse crime, o agressor, a indemneze pelos danos que lhe tenha causado. Essa indemnização é requerida no âmbito do processo-crime, ou, em processo autónomo de natureza civil.

A indemnização, de acordo com o disposto nos artigos 562º e 563º, do Código Civil, abrange os danos patrimoniais e não patrimoniais.

Incluem-se nos danos patrimoniais as seguintes realidades:

- a) **danos emergentes**, os quais incluem os “prejuízos directos” e as “despesas imediatas” ou necessárias;
- b) **ganhos cessantes**;
- c) **lucros cessantes**;
- d) **custos de reconstituição ou de reparação**;
- e) **danos futuros**;

a) Os prejuízos directos, incluídos na categoria dos **danos emergentes**, traduzem-se na perda, destruição ou danificação de um bem, que tanto pode ser um objecto, como uma parte do corpo do lesado ou o próprio direito à vida. Já as despesas necessárias ou imediatas correspondem ao custo de prestação de serviços alheios necessários, quer para a prestação de auxílio ou assistência, quer para eliminação de aspectos colaterais decorrentes do facto ilícito.

- b) Os **ganhos cessantes** compreendem a perda da possibilidade de ganhos concretos do lesado;
- c) Enquanto os **lucros cessantes** correspondem a perdas de ganhos futuros, em vias de concretização, de natureza eventual ou sem carácter de regularidade, que o lesado não consegue obter em consequência do facto ilícito.
- d) Os **custos de reconstituição ou de reparação** correspondem ao preço de bens ou serviços necessários para proceder a uma correcta reparação, quando tal seja possível, do objecto, animal ou da parte do corpo ou órgão destruídos ou danificados;
- e) Os **danos futuros** compreendem os prejuízos que, em termos de causalidade adequada, resultaram para o lesado (ou resultarão, de acordo com os dados previsíveis da experiência comum) que em consequência do facto ilícito foi obrigado a suportar.

Já os danos não patrimoniais não são susceptíveis de avaliação pecuniária ou medida monetária, porque atingem bens como a vida, a saúde, a integridade física, a perfeição física, a liberdade, a honra, o bom nome, a reputação, a beleza, dos quais resulta o inerente sofrimento físico e psíquico, o desgosto pela perda, a angústia por ter de viver com uma deformidade ou deficiência, as humilhações, a perda de prestígio ou reputação, constituindo prejuízos que não se integram no património do lesado, apenas podendo ser compensados com a obrigação pecuniária imposta ao agente, sendo mais uma satisfação do que uma indemnização, assumindo o seu ressarcimento uma função essencialmente compensatória, embora sob a envolvimento de uma certa vertente sancionatória ou de pena privada.

Esta Comissão não decide, nem concede indemnizações civis. Essa é uma competência exclusiva dos Tribunais.

As indemnizações civis são a assunção da responsabilidade individual do autor do crime e do dano provocado, patrimonial e/ou não patrimonial, pelo que não pode o Estado assumir em nome de qualquer indivíduo a responsabilidade e a obrigação de indemnizar a vítima.

O papel do Estado é o compensar as vítimas quando, na sequência de um crime, estas não conseguem ser indemnizadas pelo autor dos factos (ou porque o mesmo não foi identificado, ou sendo condenado em Tribunal ao pagamento de uma indemnização cível, não dispõe de meios económicos para o fazer).

Contudo, também a atribuição desta compensação depende de um conjunto de requisitos legalmente exigidos, que a vítima tem de preencher, como seja, em consequência do crime ter sofrido uma grave perturbação no seu nível de vida e na sua qualidade de vida. Mas mesmo nestes casos, a vítima poderá ter direito a receber uma compensação financeira, mas não o valor total da indemnização civil em que o agressor foi condenado.

Assim, é necessário entender que de acordo com o disposto na Lei n.º 104/09, de 14 setembro, nem todas as vítimas de crime violento ou de violência doméstica têm direito à atribuição do adiantamento da indemnização previsto no referido diploma. Para que tal aconteça, reiteramos, é necessário que preencham cumulativamente os requisitos legalmente impostos.



5. REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS DE INDEMNIZAÇÕES PARA VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS

A Lei n.º 104/09, de 14 setembro, prevê dois regimes de concessão de adiantamento da indemnização completamente diferentes.

O primeiro, previsto no seu Capítulo II, e que se destina unicamente a vítimas de crimes violentos e um outro, plasmado no Capítulo III, que se destina unicamente às vítimas do crime de violência doméstica.

O conceito de crime violento está definido na al. a) do n.º 2 art.º 1º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, a qual remete para as al.as j) e l) do Código do Processo Penal, de onde se conclui que integram aquela noção, todos os crimes “*contra a*

vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública”, cujo máximo da pena abstractamente aplicável seja igual ou superior a 5 anos de prisão.

Assim, relativamente ao adiantamento da indemnização a conceder a vítimas de crimes violentos, a Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, prevê três regimes indemnizatórios distintos, assentes em premissas igualmente diferentes.

Veiamos então quais são esses regimes:

1. Vítimas diretas: Dirige-se àquelas pessoas que sofreram diretamente o crime, isto é, as pessoas contra quem os crimes foram cometidos.

Este regime está previsto no disposto no n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro.

Neste caso, desde que se encontrem preenchidos os requisitos previstos nas al. as a), b) e c) do n.º 1 do art.º 2º do referido diploma, que o crime tenha ocorrido em Portugal, que o pedido de concessão do adiantamento da indemnização tenha sido feito dentro dos prazos previstos no art.º 11º, e desde que não sofra de nenhuma das cláusula de exclusão previstas no art.º 3º, podem estes requerentes ser indemnizados, quer relativamente aos danos patrimoniais sofridos, quer pelos danos não patrimoniais.

2. Vítimas indiretas: aplica-se apenas nos casos de morte da vítima. Dirige-se às pessoas que, não tendo sido elas a sofrer diretamente o crime, tinham uma ligação à vítima. São pois todos aqueles que não tendo sofrido diretamente a ação criminosa, dependiam economicamente da pessoa que o sofreu ou foram atingidos na sua qualidade e no seu nível de vida em consequência desse crime.

Mas que tipo de ligação tem de ser esta?

O legislador remeteu a concessão do adiantamento da indemnização nestes casos a um conjunto restrito de pessoas que se encontra descrito no n.º 1 do art.º 2009º do Código Civil. Essa atribuição só pode ser feita àqueles a quem aquela norma legal concede um direito de alimentos, ou seja, aquelas pessoas que tendo direito à

prestação de alimentos ficaram numa situação de fragilidade económica em consequência do crime.

Este regime está previsto no n.º 2 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro. Refira-se que este é o regime fundador da legislação de apoio a vítimas de crimes violentos no espaço europeu.

3. Existe ainda um terceiro regime, previsto no n.º 4 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, que prevê que possam ainda ser indemnizados todas as pessoas que auxiliem voluntariamente a vítima ou colaborem com as autoridades na prevenção da infração, perseguição ou detenção do delinquente, desde que verificados os requisitos constantes das alíneas a), b) e c) do referido n.º 1 do art.º 2º.

Estes são os três regimes previstos para a concessão de um adiantamento da indemnização a vítima de crimes violentos, previsto no Capítulo II da Lei n.º 104/09 de 14 de setembro.

O primeiro regime - apoio a vítimas diretas de crime - plasmado no n.º 1 do art.º 2 da Lei n.º 104/09, de 14 de Setembro, não oferece nenhum tipo de dúvidas.

Prevê que os destinatários desse adiantamento da indemnização sejam as vítimas diretas do crime violento, ou seja, as pessoas que sofreram o crime, que sofreram a ação violenta do criminoso.

O apoio a conceder a este grupo de vítimas, como foi já referido, pode considerar quer os danos patrimoniais, quer os danos morais ou não patrimoniais resultantes do crime.

Desde que tenha sido vítima de um crime violento e não tenha conseguido ser indemnizado em nenhuma outra sede, concretamente através do autor do crime, no âmbito da execução de sentença, pode requerer a esta Comissão a concessão de um adiantamento da indemnização.

Relativamente às pessoas que, não tendo sido elas a sofrer diretamente o crime, mas que se viram afetadas por este, vêem o direito a vir a esta Comissão plasmado no n.º 2 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro.

Assim, têm legitimidade para, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 2 da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, peticionar a atribuição de um adiantamento da indemnização devido a vítimas de crimes violentos, conforme o n.º 1 do art.º 2009º do Código Civil, o cônjuge ou o ex-cônjuge, os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os tios durante a menoridade do alimentando, o padrasto e a madrastra, relativamente a enteados menores que estejam, ou estivessem no momento da morte do cônjuge, a cargo deste, bem como as pessoas que vivam em união de facto.

Mas também aqui convém precisar que todas estas pessoas dispõem dessa legitimidade formal, porém, como é lógico, nem todas elas têm, no momento do crime, direito ao adiantamento, podendo inclusivamente acontecer que todas tenham legitimidade para peticionar o referido adiantamento da indemnização, mas nenhum tenha direito ao mesmo.

Para que qualquer uma das pessoas referidas no n.º 1 do art.º 2009º do Código Civil, tenha direito ao adiantamento da indemnização previsto na Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, têm obrigatoriamente de estar a materializar esse direito de alimentos no momento da morte da vítima, ou seja, têm forçosamente de estar na dependência da vítima em termos de alimentos, tal como sucede no regime de prestação de alimentos. A vítima, naquele momento, tem de lhes estar a prestar mensalmente apoio em termos de alimentos, ou então, a morte da vítima tem de ter provocado nos requerentes uma grave perturbação do seu nível de vida, ou seja, da morte da vítima tem de ter resultado um efetivo dano patrimonial para os requerentes, quantificável e passível de ser demonstrado através de prova material.

Foi esta a vontade do legislador, ao indexar o regime de adiantamento indemnização previsto na Lei n.º 104/09, de 14 de Setembro, para as vítimas indirectas, ao regime de prestação de alimentos, previsto no art.º 2009º e seguintes do Código Civil.

Mediante este entendimento, qual o tipo de danos que estas vítimas indirectas - ou seja, aquelas que não sofreram diretamente o crime - podem ver reparados ou indemnizados?

Conforme exposto, para a Comissão não existe nenhum tipo de dúvidas. Apenas os danos patrimoniais podem ser indemnizados, já que se aplica o regime previsto para a atribuição ou concessão de alimentos. Isto mesmo resulta da análise de todas as fontes de direito relativas a esta matéria.

Se recuarmos no tempo até ao diploma de onde emanou todo este edifício de apoio a vítimas de crimes violentos, a Convenção Europeia Relativa à Indemnização de Vítimas de Infrações Violentas, do Conselho da Europa, aberta à assinatura em Estrasburgo, em 24 de Novembro de 1983, verificamos que sobre esta matéria previa a Convenção no seu art.º 2º o seguinte:

“1 - Quando a reparação não possa ser inteiramente assegurada por outros meios, o Estado deve contribuir para a indemnização:

a) Daqueles que tenham sofrido lesões graves no corpo ou na saúde como resultado direto de uma infração violenta intencional; (VÍTIMAS DIRETAS)

b) Daqueles que se encontravam a cargo da pessoa falecida em consequência de tal infracção. (VÍTIMAS INDIRECTAS)

2 - A indemnização prevista na alínea anterior será concedida mesmo que o autor não possa ser perseguido ou punido.”

Da leitura atenta do texto legal, constata-se que, relativamente às vítimas indirectas, que à data do crime se encontravam a cargo da pessoa que sofreu o dito crime e cuja consequência foi a morte, apenas os danos patrimoniais podem ser indemnizáveis.

Em 1983 o Conselho da Europa previu desde logo estes dois regimes diferentes, como aliás não poderia deixar de ser, uma vez que por muito doloroso que seja o crime ou os seus resultados para terceiros, são sempre mais graves e mais marcantes para aqueles que sofrem diretamente o crime.

Assim, a referida Convenção previa que quando não se encontrasse outra forma de ressarcimento dos danos, o Estado deveria indemnizar as vítimas diretas pelas lesões graves sofridas no corpo ou na saúde como resultado de uma ação violenta.

Para as vítimas indiretas, como claramente se depreende da al. b), o regime é completamente diferente, pois precisa que apenas aqueles que se encontravam a cargo da pessoa falecida é que podem ser indemnizados.

Esta Convenção influenciou de forma determinante o Decreto-lei n.º 423/91, de 30 de outubro, que foi até mais restritivo em relação ao ali plasmado.

Entendeu então o legislador português que, independentemente de ser uma vítima direta ou uma vítima indireta de um crime violento, apenas os danos patrimoniais poderiam ser indemnizáveis, deixando isso perfeitamente claro quando, no n.º 1 do art.º 2º desse diploma, plasmou que apenas os danos patrimoniais eram indemnizáveis em sede de indemnização a conceder pelo Estado.

Da análise do diploma em causa, constata-se que o legislador português aderiu apenas ao regime previsto na Convenção para as vítimas indiretas, estendendo-o também às vítimas diretas de crime, uma vez que limitou a indemnização a conceder pelo Estado unicamente aos danos patrimoniais resultantes do crime violento. Na prática, o legislador português, em 1991, aprovou um único regime, aplicável quer o requerente tivesse sido vítima direta de um crime violento, ou vítima indireta desse mesmo crime violento.

Era isso mesmo que resultava da leitura do art.º 1.º do referido Decreto-lei n.º 423/91, de 30 de outubro, pois não era estabelecida nenhuma diferença entre as vítimas diretas e as indiretas.

Esta situação mereceu inúmeras críticas, pois não traduzia o que se passava nos restantes estados membros, e tratava de forma igual realidades que eram diferentes.

Portugal veio a alterar esta situação, e a adequar a sua legislação com o texto da referida Convenção, aquando da aprovação da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro.

Neste diploma, foi definido no n.º 1 do art.º 2º o regime das vítimas diretas, que passou então a ser idêntico ao da Convenção, pelo que a partir desse momento as

vítimas diretas de um crime violento passaram a poder ser indemnizadas quer pelos danos patrimoniais sofridos, quer pelos danos não patrimoniais ou morais.

No n.º 2 do art.º 2º do mesmo diploma passou a figurar o regime de apoio a vítimas indiretas de crime que, refira-se, se manteve idêntico ao que constava na Convenção e também no Decreto-lei n.º 423/91, de 30 de outubro, ou seja, apenas os danos patrimoniais resultantes do crime podem ser indemnizáveis.

Salienta-se que nos países da União Europeia são estes os dois regimes que vigoram neste momento e nos mesmos exatos termos.

Por fim, relativamente ao 3.º regime, previsto no n.º 4 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, saliente-se que até este momento nunca nenhum requerente peticionou a atribuição de um adiantamento da indemnização ao abrigo desta norma.

No entanto, a Comissão interpreta aquele n.º 4 da seguinte forma:

Têm direito a um adiantamento da indemnização, quer as pessoas que ajudem de forma voluntária a vítima de um crime violento, bem como as pessoas que colaborem com as autoridades na prevenção de uma infração, perseguição ou detenção de delinquentes, desde de que se verifiquem os requisitos constantes nas al. as a), b) e c) do n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro.

Quer isto dizer que o legislador exige, quer para aqueles que auxiliem a vítima, quer para os que colaborem com as autoridades, que preencham eles próprios, e não através da vítima, os requisitos previstos nas referidas alíneas do n.º 1 do art.º 2º.

Mas a Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, tem algumas omissões, como aliás vincou no seu relatório a Inspeção Geral dos Serviços de Justiça na inspeção ordinária realizada nesta Comissão, sobre as quais já nos pronunciámos, sem que, contudo, tenham até ao momento sido corrigidas.

A primeira omissão tem a ver com os crimes sexuais.

Assim, dispõe a al. a) do n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, que *"a lesão tenha provocado uma incapacidade permanente, uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de pelo menos 30 dias ou a morte"*.

No entanto, o n.º 6 do mesmo artigo consagra que *"quando o ato de violência configure um crime contra a liberdade e autodeterminação sexual ou contra menor, pode ser dispensada a verificação do requisito previsto na alínea a) do n.º 1 se circunstâncias excepcionais e devidamente fundamentadas o aconselharem"*.

Ora segundo este n.º 6 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, *"em circunstâncias excepcionais e devidamente fundamentadas"*, pode o preenchimento do disposto na al. a) do n.º 1 do mesmo art.º 2º ser dispensado pela Comissão.

Mas o legislador não precisou quais as circunstâncias excepcionais que podem levar a Comissão a dispensar o preenchimento desse requisito, cabendo por isso a esta determinar o que entende por circunstâncias excepcionais, fundamentando a sua decisão.

Para esse efeito colocaram-se algumas questões pertinentes:

Será pela gravidade do crime?

Mas neste caso como medir essa gravidade?

Pela graduação da pena?

Será sempre um conceito difícil de determinar, até porque cada intérprete da lei terá uma opinião e um entendimento diferente.

Para evitar que isso possa acontecer existe a necessidade imperiosa de se estabelecer um critério que se aplique à generalidade dos casos, com a vantagem de passar assim a existir a segurança jurídica quanto à decisão, e, simultaneamente, a certeza de não se estar dependente do livre arbítrio do decisor.

Deste modo, a Comissão estabeleceu um entendimento próprio, e portanto ilidível, mas que é aquele que aplica a todos os casos, garantindo com isso a previsibilidade jurídica e a garantia de que todos os casos são analisados seguindo os mesmos critérios.

8

Vejamos agora o entendimento quanto às circunstâncias que devem merecer a atenção desta Comissão e que a verificarem-se, possibilitam a decisão de dispensa do estatuído na al. a):

Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual cujas vítimas são adultos:

Nestas circunstâncias, entende a Comissão que o requisito previsto na al. a) do n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, deve ser dispensado sempre que estejamos perante um caso consumado de cópula, coito anal ou coito oral e esse facto tenha sido dado como provado em Tribunal.

Relativamente aos demais crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, entende a Comissão que não deve o cumprimento do referido requisito ser suspenso.

Relativamente aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual cujas vítimas são menores:

Quando este tipo de crimes estejam em causa, entende a Comissão que o requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 104/09, de 14 de Setembro, deve ser sempre dispensado. Os crimes contra menores são sempre considerados de grande gravidade porquanto as vítimas ainda não definiram a sua sexualidade, nem os limites da mesma. Muitos desses menores nem sequer têm ainda um conceito de sexualidade. Porém, nem todos os crimes cometidos contra a liberdade e autodeterminação sexual dos menores têm a mesma gravidade, cabendo à Comissão avaliar cada caso autonomamente e a atribuição do adiantamento da indemnização ser graduada em função dessa gravidade. Assim, consoante esteja em causa o mero contacto físico entre o agressor e o menor, que não consubstancie um acto sexual de relevo, uma tentativa, ou a efectiva consumação de um abuso sexual, a avaliação do caso terá que ser diferente, graduando-se o valor do adiantamento da indemnização de acordo com a gravidade dos factos praticados.

§

Mas existe uma outra realidade que a Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, não previu, que se prende com os crimes de **escravidão** - art.º 159º - e **tráfico de pessoas** - art.º 160º - ambos do Código Penal.

Neste tipo de crime é extraordinariamente difícil preencher o requisito previsto na al. a) do n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, ou seja, *“que do crime tenham resultado lesões para a vítima que lhe tenham provocado uma incapacidade permanente, uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de pelo menos 30 dias”*.

Na maioria destes crimes, as vítimas viram a sua liberdade restringida ou mesmo coartada. Em muitos desses casos as vítimas são obrigadas a trabalhar, sem auferir qualquer retribuição, vivendo em condições indignas e não se podendo movimentar, sendo-lhe mesmo retirados os seus documentos pessoais de identificação.

Mas o facto inegável é que não estão impedidos de trabalhar.

Nestes casos, como dar este requisito como preenchido?

Será que se deve comparar o período em que a liberdade destas vítimas lhes foi retirada com o período de doença?

Podemos sempre efetuar esta analogia, mas estamos a entrar numa interpretação demasiada lata do texto legal.

Por outro lado, não podemos dispensar a aplicação deste requisito nestes casos, pois o legislador foi claro quando, no n.º 6 do art.º 2º do referido diploma, precisou que o requisito previsto na al. a) do n.º 1 da mesma norma, apenas poderia ser dispensado, e apenas se circunstâncias excepcionais o justificarem, quando estejamos perante os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual ou contra menores.

Em momento algum o legislador deu indicações que este requisito poderia ser dispensado no caso dos crimes de escravidão ou tráfico de pessoas.

É uma questão a ser equacionada e devidamente ponderada, dada a relevância que atualmente se dá a este tipo de crime, a sua importância no contexto internacional e a fragilidade das vítimas, que merecem de facto ser apoiadas, uma vez que muitas vezes se encontram num país estrangeiro, sozinhas, sem qualquer tipo de

retaguarda, muitas vezes sem falar a língua desse país, sem qualquer tipo de rendimento, ou seja, numa situação de total vulnerabilidade, fazendo claramente parte do grupo a que o legislador português no recente diploma sobre os direitos das vítimas chamou de vítimas especialmente vulneráveis, conceito transposto para o nosso direito interno através da Lei n.º 130/15, de 04 de setembro.

Resta apenas referir que, nos termos do art.º 4º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, o adiantamento da indemnização a vítimas de crimes violentos é sempre pago depois de efetuado o julgamento do processo-crime, depois do trânsito em julgado e depois de se ter apurado que não é possível a vítima receber a indemnização em que o agressor foi condenado de outra qualquer fonte.

O valor atribuído é pago numa única prestação, e sempre através de transferência bancária para conta titulada pela vítima.

O *quantum* indemnizatório é alcançado na ponderação de um juízo de equidade, e corresponde, quase sempre, apenas a uma parte da indemnização em que o agressor foi condenado.



6. REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS DE INDEMNIZAÇÕES PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Antes de avançarmos para a análise dos requisitos exigidos para a atribuição de um adiantamento de indemnização para vítimas de violência doméstica, importa apenas esclarecer uma dúvida frequentemente colocada:

Sendo o crime de violência doméstica, por força da sua tipificação, também um crime violento, por que razão entendeu o legislador criar um regime autónomo na Lei n.º 104/09, de 14 de setembro?

A resposta parece-nos óbvia. Quis assim o legislador garantir às vítimas de violência doméstica uma dupla proteção, podendo estas apresentar-se a esta Comissão peticionando a atribuição de um adiantamento de indemnização em dois momentos distintos:

O primeiro, no momento da ruptura familiar, ao abrigo do disposto no Capítulo III da Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro de 2009, ou

O segundo, até um ano após a prática dos factos ou tendo sido instaurado processo-crime, até um ano após a decisão que lhe põe termo (trânsito em julgado), seguindo nestes casos o regime previsto no Capítulo II da Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro de 2009, anteriormente explicitados.

Tratando-se de regimes diferentes, são igualmente exigidos requisitos cumulativos substancialmente diferentes, vejamos:

Na primeira situação, quando a vítima se apresenta ao abrigo do disposto no Capítulo III da Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro, a obtenção do adiantamento de indemnização exige o preenchimento de três requisitos cumulativos:

- a) Ter sido vítima de um crime de violência doméstica;
- b) O crime ter ocorrido em Portugal;
- c) Por causa do crime sofrido, ter ficado numa situação de grave carência económica.

Assim, para além do requisito óbvio de se exigir que esteja em causa um crime de violência doméstica, e que o mesmo tenha sido praticado em território nacional, exige igualmente a Lei que a situação de grave carência económica seja uma consequência direta da prática do crime, o que facilmente se demonstra no momento subsequente à ruptura da relação familiar, no qual a vítima se vê forçada a sair de casa e, na maioria das vezes, abandonar o seu emprego e instalar-se numa

zona geográfica longe do agressor, afastada do seu núcleo familiar e de amigos, sem meios imediatos de subsistência.

É nesse momento que o Estado, através da Comissão, pode ser chamado a intervir, concedendo o referido apoio financeiro à vítima para a ajudar na reconstrução da sua vida, distante do foco de violência a que previamente havia sido sujeita.

Quis o legislador acautelar que estas vítimas, estando numa situação de dependência financeira do agressor, tivessem a possibilidade de se autonomizarem mediante a atribuição de um montante mensal, cujo valor não pode exceder o equivalente à retribuição mínima mensal garantida (RMMG), isto é, o valor do salário mínimo nacional (SMN).

Tem contudo de se verificar efectivamente um nexo de causalidade entre a violência doméstica sofrida pela vítima e a situação de grave carência económica existente após o crime.

Esta condição de grave carência económica não pode ser confundida com circunstâncias pré-existentes de fragilidade financeira e social vivenciada pelo agregado familiar.

Acontece que em muitos casos, essa situação - a grave carência económica - nada tem a ver com o crime de violência doméstica, embora possa ser uma das causas para os conflitos familiares. Constata-se em muitos casos que, quando o crime de violência doméstica ocorreu, o casal ou a família já se encontravam há longa data numa situação de grandes dificuldades financeiras e sociais.

Porém, o requisito legal é bastante claro, a situação de grave carência económica que a vítima esteja a vivenciar tem necessariamente de ser uma decorrência do crime de violência doméstica de que foi vítima, isto é, tem que existir um nexo

causal entre o crime cometido pelo arguido e a situação de grave carência económica vivida pela vítima no momento do pedido.

Embora o legislador não tenha definido na Lei o conceito de grave carência económica, plasmou de forma clara que o valor da RMMG, isto é, o SMN seria o montante mínimo necessário para iniciar a construção de um novo projecto de vida e concretizar esse objectivo, uma vez que, independentemente do grau de gravidade de carência económica da vítima, a indemnização a atribuir nunca poderá exceder este valor.

Deste modo, se o RMMG é o valor a partir do qual o legislador entendeu ser possível iniciar a construção de um novo futuro, entende-se que todas as vítimas que tenham um rendimento mensal inferior ao SMN se encontram numa situação de grave carência económica, satisfazendo assim este requisito legal.

Entendido o conceito de grave carência económica, importa ainda esclarecer que no regime previsto no Capítulo III da Lei n.º 104/09, de 14 de Setembro, o apoio só pode ser concedido por um período de 6 meses, prorrogável em situações excepcionais por mais 6 meses.

Considerou assim o legislador que 12 meses é o período temporal em que a situação de grave carência económica pode ser imputada ao crime sofrido, ou seja, o tempo que uma vítima necessita para sair da situação de fragilidade económica e emocional em que se encontra e reorganizar a sua vida, procurando concretizar um novo projecto de vida.

Projectou o legislador que nesse prazo (6 meses a um ano), a vítima de violência doméstica conseguirá refazer a sua vida, arranjanado um trabalho que lhe permita a sua autonomização, bem como assegurar as suas necessidades básicas de subsistência (habitação, alimentação, vestuário, etc.).

Por essa razão, este apoio é especificamente concedido no momento da ruptura familiar, porque é nesse momento que as vítimas se encontram numa situação de enorme fragilidade, muitas vezes sem nenhum tipo de rendimento ou suporte familiar. É nesta fase que as vítimas do crime de violência doméstica podem estar numa situação de grave carência económica diretamente imputável ao crime sofrido e que precisam de meios de subsistência que lhes permitam quebrar o ciclo de violência e afastar-se do agressor.



7. A PROBLEMÁTICA DAS INDEMNIZAÇÕES A VÍTIMAS DE CRIMES EM PORTUGAL

A concessão de indemnizações, adiantamentos da indemnização ou de compensações económicas pelo Estado a vítimas de crimes violentos, que decorre da Diretiva 2012/29/UE, transposta para o nosso Direito interno pela Lei n.º 104/09, de 14 setembro, está desde o seu início muito dependente do modo de financiamento desta Comissão, ou de um fundo que garanta o pagamento dessas compensações.

Este é, aliás, um problema de todos os países membros da União Europeia, sendo que cada um encontrou modos diferentes de financiamento deste fundo de apoio a vítimas.

É verdade que a lei vigente necessita de melhoramentos e de uma clarificação de conceitos, de forma a poder tornar-se mais operativa. Isso pode ser conseguido ou através de uma alteração à Lei n.º 104/09, de 14 setembro, melhorando apenas os aspetos que estão mais obsoletos ou desadequados à situação atual, ou através da revogação deste diploma legal e da aprovação de uma nova lei, mais moderna, mais abrangente e com maior raio de ação. É uma decisão política, mas que urge ser tomada, para melhor poder servir a ajudar as vítimas de crimes.

Mas, mais urgente que essa alteração ou reforma legal, é necessário pensar o financiamento da Comissão, porque não pode existir uma reforma deste setor se não existirem fundos necessários para pagar essas compensações.

Desde 2012 que a Comissão excuta a 100% o seu orçamento, sendo que anualmente têm ficado processos por pagar. E esses processos ficam por pagar por duas razões:

- A primeira prende-se com a dimensão da Comissão, nomeadamente o seu quadro de pessoal administrativo. Se este não for reforçado, a instrução dos processos será sempre muito mais demorada e pelas mesmas razões, a decisão será dilatada no tempo;
- A segunda tem exatamente a ver com os fundos disponíveis para o pagamento dessas compensações. A título de exemplo, se a Comissão concluísse todos os processos que estão a seu cargo, não existia a mínima capacidade de pagamento relativamente às compensações decididas. Este é, pois, o principal problema, que deve ser devidamente encarado, pensado e decidido.

Em Portugal o financiamento desde sistema é exclusivamente público. A parte mais significativa sai do Orçamento do Estado, através da Secretaria-geral do Ministério da Justiça. Existe depois uma fatia mais pequena que vem da aplicação de injunções por parte dos Tribunais, e uma outra, bem mais diminuta, que vem do direito de sub-rogação do Estado, através da Comissão, nos processos onde, em momento posterior, foi possível executar os arguidos.

No entanto, a soma destes valores é manifestamente insuficiente para se poder fazer face a todos os pagamentos em tempo devido. Com este nível de financiamento não será nunca possível à Comissão liquidar todos os adiantamentos de indemnização que anualmente são deliberados e que vão transitando nos processos pendentes de ano para ano.

Alguns dos nossos congéneres europeus têm sistemas de financiamento diferentes. Existem países como a França e a Espanha em que o financiamento é misto, ou seja, o Estado assegura uma parcela importante desse financiamento, enquanto a outra advém dos cidadãos, sendo que todos os cidadãos ativos, inseridos no

mercado de trabalho, pagam anualmente uma pequena verba, numa única prestação, destinada exclusivamente ao fundo de apoio a vítimas de crimes. Em França cada cidadão paga anualmente, numa única prestação, cerca de 5,00€, enquanto em Espanha, paga-se, também numa única prestação, metade deste valor, ou seja, cerca de 2,50€.

Outros países, mais a norte da Europa, têm outros regimes, apesar de mistos também. Na Dinamarca, Noruega e países vizinhos, o Estado assume uma parte desse fundo, enquanto uma outra advém dos prémios de jogo (cerca de 0,01% do valor desses prémios) ou do prémio dos seguros (cerca de 0,01% do valor desses prémios).

Em jeito de conclusão, e perante a ideia de que é inegável a quase impossibilidade de ser o Orçamento do Estado a assumir por inteiro esta responsabilidade social, uma vez que todos nós somos potenciais vítimas de crime, reitera-se que existem várias soluções, já testadas por vários países da União Europeia, que poderão ser também adotadas em Portugal. Naturalmente que a escolha sobre qual das soluções que melhor serve o interesse nacional e das vítimas de crimes ocorridos no nosso território, tem de ser uma escolha estudada, fundamentada e assente em critérios objetivos, que permita uma decisão política esclarecida.



8. MOVIMENTO PROCESSUAL

8.1 Histórico de processos entrados

Quadro 1

HISTÓRICO DE PROCESSOS ENTRADOS			
ANO	CRIME VIOLENTO	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	TOTAL
2006	-	-	89
2007	-	-	121
2008	-	-	200
2009	-	-	215
2010	-	-	195
2011	128	52	180
2012	91	66	157
2013	122	135	257
2014	131	117	248
2015	129	202	331
2016	114	197	311
2017	136	157	293
2018	137	169	306
2019	167	164	331

Os pedidos ou requerimentos apresentados pelas vítimas ou pelos seus representantes legais, após da sua entrada nesta Comissão, dão sempre origem a um processo.

Como se constata do quadro supra, até ao ano de 2010 não existia a diferenciação entre processos referentes a vítimas de crimes violentos (Capítulo II da Lei n.º 104/09, de 14 setembro) e de vítimas de violência doméstica (Capítulo III da Lei n.º 104/09, de 14 setembro).

Quanto a números e à sua comparação com o ano de 2018, verifica-se uma subida significativa dos processos relativos às vítimas de crime violento. Assim, em 2018 havia dado entrada nesta Comissão 137 pedidos de adiantamento da indemnização apresentados

por vítimas de crime violento. Frise-se que este foi o número mais elevado desde 2006, sendo por isso um número já significativo.

Em 2019 deram entrada nesta Comissão 167 pedidos de adiantamento da indemnização apresentados por vítimas de crimes violentos, ou seja, mais 30 pedidos do que aqueles que havia dado entrada em 2018, o que significa um aumento de cerca de 22% dos pedidos.

Relativamente aos pedidos apresentados por vítimas de violência doméstica, tem-se observado uma certa constância nos últimos três anos. Depois de nos anos de 2015 e 2016 o número de pedidos ter sido muito alto, 202 pedidos em 2015 e 197 pedidos em 2016, esse número baixou significativamente. Assim em 2017 registou-se um decréscimo de 40 processos, tendo dado origem a 157, para em 2018 esse número ter subido para os 169 pedidos, um aumento de 12 processos relativamente a 2017.

Já em 2019, deram entrada 164 pedidos, uma diminuição de 5 pedidos relativamente ao ano transato.

No total de processos entrados, o ano de 2019 igualou o ano de 2015, como o ano em que entraram mais processos, num total 331 processos.

A diferença existente entre estes dois anos - os anos em que entraram mais processos na Comissão - é que em 2015, o maior número de processos entrados teve a sua origem em pedidos apresentados por vítimas de violência doméstica (202 pedidos), enquanto os pedidos apresentados por vítimas de crimes violentos foi menor (129 pedidos).

Em 2019, apesar de o número total de pedidos ser igual a 2015, foram requeridos 167 adiantamentos da indemnização por vítimas de crimes violentos e 164 pedidos por vítimas de crime de violência doméstica.

Em conclusão podemos afirmar que, no que diz respeito aos pedidos de concessão de adiantamento da indemnização apresentados a esta Comissão, desde 2015 que temos assistido a um decréscimo dos pedidos apresentados por vítimas do crime de violência doméstica e, em simultâneo, a um aumento dos pedidos apresentados por vítimas de crimes violentos, sendo que, como já vimos, o ano de 2019 foi, conjuntamente com o ano de 2015, aquele em que foram apresentados mais pedidos e conseqüentemente, o ano em que foram registados mais processos.



8.2 Movimento de processos

Quadro 2

MOVIMENTO DE PROCESSOS			
PROCESSOS PENDENTES EM 2018		PROCESSOS ENTRADOS EM 2019	
CRIME VIOLENTO	310	CRIME VIOLENTO	167
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	74	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	164
TOTAL	384	TOTAL	331
PROCESSOS FINDOS EM 2019		PROCESSOS PENDENTES EM 2020	
CRIME VIOLENTO	116	CRIME VIOLENTO	361
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	133	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	105
TOTAL	249	TOTAL	466

Da análise deste quadro constata-se que no final de 2018 encontravam-se pendentes nesta Comissão 384 processos, sendo 310 relativos a vítimas de crimes violentos e 74 relativos a vítimas de violência doméstica, os quais transitaram para o ano de 2019.

No ano de 2019 entraram na Comissão 331 pedidos de concessão de indemnização, sendo que 167 desses pedidos foram apresentados por vítimas do crime violento e 164 pedidos foram apresentados por vítimas de violência doméstica.

Assim, à pendência do ano anterior, num total de 384 processos, como foi já referido, foram acrescentados mais 331 novos processos, o que fez com que no ano de 2019 a Comissão tivesse que tramitar um total de 715 processos.

Desse universo, até ao final do ano de 2019, a Comissão conseguiu concluir 116 processos de crime violento e 133 processos relativos a vítimas de violência doméstica, o que perfaz um total de 249 processos concluídos.

Desta forma para o ano de 2020 transitaram um total de 466 processos, destes, 361 são relativos a vítimas de crime violento e 105 processos relativos a vítimas de violência doméstica.

Assim, relativamente aos pedidos que foram apresentados a esta Comissão pelas vítimas do crime de violência doméstica, podemos afirmar que a situação está relativamente em dia, não existindo atrasos muito significativos.

Relativamente aos processos referentes a vítimas de crime violento a situação é um pouco mais complicada. Dos 361 processos pendentes, a maior parte encontram-se já

devidamente instruída, estando à espera de oportunidade para que seja proferido o projeto de decisão, a que se segue a audiência de interessados e posterior decisão final.

Refira-se ainda que, uma outra parte, mais diminuta, encontra-se em instrução, à espera de documentação diversa com interesse para a causa, tais como cópias de declarações de rendimentos, sentenças ou acórdãos proferidos pelos Tribunais, ou ainda documentação solicitada à Segurança Social.

Apesar do trabalho e dedicação de todos os membros da Comissão, e de anualmente termos vindo a baixar de forma consistente a pendência deste tipo de processos (recorde-se que em 2011, quando tomamos posse, estavam pendentes cerca de 900 processos de crime violento), não foi ainda possível reduzir os atrasos, nem os tempos de decisão, para níveis aceitáveis. Grande parte das vezes, as razões desses atrasos são por motivos alheios a esta Comissão, como seja o tempo que medeia a prática dos factos e a última decisão no processo-crime (trânsito em julgado) ou a escassez de recursos humanos.

Apesar de termos plena consciência de que o trabalho desenvolvido foi muito positivo, considerando todas as condicionantes, é muito difícil explicar às vítimas que existem pedidos apresentados em 2013 e que estão ainda à espera de decisão final. Podemos argumentar de muitas formas, alegando o excesso de trabalho, o elevado número das pendências herdadas, os notórios problemas orçamentais, a falta de quadros, enfim, os mais variados problemas, e até sabemos que temos razão na nossa argumentação, mas aos olhos da vítima todos esses argumentos são-lhe indiferentes e muitas vezes difíceis de compreender.

Não obstante, para a Comissão, e fruto do intenso trabalho realizado, o resultado é extremamente positivo. Foi possível, mais uma vez, baixar a pendência de processos atrasados.

Claro que para as vítimas que estão à espera de uma decisão, estes resultados estão longe de serem os ideais, já que essas vítimas querem muito mais, querem uma decisão em tempo útil, e diga-se, a Comissão também gostaria de conseguir responder aos seus anseios.

Mas também é verdade que, nos dois primeiros anos, toda o grande esforço da Comissão foi direccionado essencialmente para o crime de violência doméstica e para a missão de conseguir colocar esse tipo de pedidos em dia. Isso foi plenamente conseguido, sendo que o tempo médio de decisão actualmente situa-se nos 60 dias.

Urge agora recuperar as pendências relativamente ao crime violento, sendo que esse objetivo é muito mais difícil de concretizar, existindo várias razões que obstam a isso. Assim:

- a) Nenhum dos elementos do quadro administrativo tem qualquer tipo de experiência ou formação na área jurídica;
- b) Por essa razão, toda a instrução, análise, pareceres, respostas à audiência de interessados e respetivas decisões finais, recaem exclusivamente sobre os membros da Comissão, mais concretamente sobre o seu presidente e a vogal a tempo inteiro;
- d) Frise-se que a nomeação de mais um elemento - a vogal Paula Silva - a exercer funções a tempo inteiro, veio permitir uma distribuição de tarefas entre ela e o Presidente, bem como dar à Comissão uma maior capacidade para participar em outros projetos, como a construção de uma verdadeira base de dados que nos permitisse uma eficiente gestão processual, verdadeiramente profissionalizada, com capacidade para, em tempo real, ter uma leitura da realidade da Comissão, bem como coordenar-se e participar em projetos relativos ao apoio a vítimas com entidades nacionais e estrangeiras, o que com um único elemento a tempo inteiro, era manifestamente impossível.
- e) Recorde-se que para além do trabalho ordinário desenvolvido na Comissão, acresce ainda ao Presidente o papel de representação da mesma em todo o tipo de fóruns relacionados com esta temática, conferências, grupos de trabalho nacionais e internacionais, etc.

f) Por último, e talvez a mais difícil de contornar, surge a questão orçamental.

O orçamento atribuído à Comissão tenderia a chegar para suportar os pedidos feitos num determinado ano, não fosse o problema da elevada herança, ou seja, o problema com os processos pendentes de anos anteriores. Esta situação obriga a uma gestão criteriosa dos processos. Se fosse possível idealizar uma situação ótima, em que num determinado ano eram dados a esta Comissão mais meios humanos, por exemplo, um outro jurista para ajuda na análise dos processos pendentes, e a Comissão conseguisse despachar todos os processos atrasados, rapidamente chegávamos à conclusão que não existia orçamento para satisfazer todas essas necessidades.

Refira-se que a Comissão apenas tem orçamento desde o ano de 2012.

Até esse momento a Comissão limitava-se a instruir os processos e a remetê-los para decisão para o Ministério da Justiça.

O pagamento das indemnizações saía do orçamento da Secretaria-geral do Ministério da Justiça.

Foi apenas a partir de 2012 que a competência para atribuição das indemnizações passou a ser da Comissão e, por isso, passou também a ter um orçamento autónomo do da Secretaria-geral do Ministério da Justiça.

Desde 2012 que a Comissão executou sempre a 100% o orçamento para pagamento de indemnizações a vítimas de crimes.

Isto quer dizer que mesmo que tivesse sido possível finalizar mais processos, não teria sido possível pagar mais indemnizações, pois o orçamento foi sempre cumprido a 100%, como aliás voltou a acontecer em 2019. Salienta-se que transitaram processos concluídos para o ano de 2020, pelo facto de já não existir orçamento para pagar as indemnizações atribuídas.



8.3 Pedidos de prorrogação entrados e findos em 2019

Quadro 3

PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO ENTRADOS E FINDOS EM 2019		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
SEM INDEMNIZAÇÃO	COM INDEMNIZAÇÃO	TOTAL
1	10	11

Em 2019 foram 11 as vítimas do crime de violência doméstica que, depois de seis meses a receber o adiantamento da indemnização, vieram, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 6º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, solicitar a prorrogação do referido adiantamento da indemnização, por igual período de seis meses.

Na sequência desse pedido, as condições de vida das vítimas foram novamente avaliadas, como exige o quadro legal vigente, sendo que em apenas um desses casos a Comissão recusou o pedido de prorrogação apresentado pela vítima, por se ter entendido que, naquele momento, as condições exigidas pelo disposto nas al.as a) e b) do n.º 1 do art.º 5º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, já não se encontravam preenchidas.

Nos restantes 10 casos foi entendido que a situação de vulnerabilidade ainda se mantinha, encontrando-se ainda preenchidos os requisitos exigidos pelo disposto nas al.as a) e b) do n.º 1 do art.º 5º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, pelo que foi concedida a prorrogação do apoio.



8.4 Processos findos no ano de 2019

Quadro 4

PROCESSOS FINDOS NO ANO DE 2019			
TIPO DE CRIME	SEM INDEMNIZAÇÃO	COM INDEMNIZAÇÃO	TOTAL
CRIME VIOLENTO	71	45	116
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	52	81	133
TOTAL	123	126	249

No ano de 2019 foram concluídos um total de 249, 116 eram processos relativos a vítimas de crimes violentos e 133 relativos a vítimas do crime de violência doméstica.

Em 45 processos de vítimas de crimes violentos foram concedidos adiantamentos da indemnização, os restantes 71 processos foram arquivados por diversas causas, que adiante serão pormenorizadamente analisadas.

Já no que diz respeito aos 133 processos relativos a pedidos de vítimas de violência doméstica, em 81 foram concedidos adiantamentos da indemnização, sendo que os restantes 52 processos foram arquivados, sendo os fundamentos desses arquivamentos adiante apresentados.





8.5 Estado dos processos a 31.12.2019

Quadro 5

ESTADO DOS PROCESSOS A 31.12.2019			
CRIME VIOLENTO		VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Instrução	152	Instrução	51
Conclusos	187	Conclusos	33
Audiência dos Interessados	22	Audiência dos Interessados	21
A pagamento	9	A pagamento	35
Em tradução	17	Em tradução	0
TOTAL	387	TOTAL	140

Este quadro dá-nos o estado geral dos processos nesta Comissão a 31.12.2019.

Assim, do total de processos de crime violento pendentes (387), 152 encontram-se em instrução, estando em curso as diligências tidas por necessárias para a sua conclusão. Estão já devidamente concluídos 187 processos, aguardando que seja proferido o respetivo Projeto de Decisão pela Comissão. Estão 22 processos em audiência de interessados e 9 já em fase de pagamento. Por último, 17 processos, relativos a cidadãos de outros países que foram vítimas de crime em Portugal, embora já devidamente concluídos, encontram-se aguardar a tradução da Decisão Final para língua inglesa, para que os requerentes possam por fim ser notificados dessa decisão.

Quanto aos processos do crime de violência doméstica (140), 51 - basicamente os que entraram no último trimestre do ano - estão em instrução, com diligências em curso. Estão já concluídos 33 processos, aguardando que seja proferido o respetivo Projeto de Decisão. E, por fim, 21 processos em audiência de interessados e 35 encontram-se já em fase de pagamento.



9. RECEITAS E VALOR EXECUTADO EM 2019

9.1 Receitas em 2019

Quadro 6

RECEITAS EM 2019	
Orçamento de Estado	571.169,00 €
Injunções	217.344,56 €
Sub-rogação	6.713,36 €
Gabinete de Administração de Bens	18.096,49 €
TOTAL	813.323,41 €

Este ano o Orçamento de Estado alocou a verba de 571.169,00€ para o pagamento de adiantamentos da indemnização a vítimas de crimes.

Durante o ano de 2019 a Comissão recebeu do pagamento de injunções um total de 217.344,56€, e através de sub-rogações foi possível recuperar 6.713,36€.

Em cumprimento do estipulado pela al. c) do art.º 17º da Lei n.º 30/2017, de 30 de maio, foi ainda recebido do Gabinete de Administração de Bens 18.096,49€.

Assim, para o ano de 2019 a Comissão teve disponível para pagamento de adiantamentos de indemnizações a vítimas de crimes, um total 813.323,41€.



4

9.2 Valor executado em 2019

Quadro 7

VALOR EXECUTADO EM 2019	
CRIME VIOLENTO	565.479,87 €
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	183.180,00 €
TOTAL	748.659,87 €

Do orçamento disponível a esta Comissão em 2019, 565.479,87€ foram alocados ao pagamento de adiantamentos de indemnizações a vítimas de crimes violentos, enquanto 183.180,00€ foram alocados ao pagamento de adiantamentos de indemnizações a vítimas do crime de violência doméstica.

Assim, no ano de 2019, a Comissão concedeu um total de 748.659,87€ de adiantamentos de indemnizações a vítimas de crimes.

A diferença entre os 813.323,41€ exibidos no Quadro 6 e os 748.659,87€ efetivamente pagos, prende-se com a cativação de 64.663,54€.

Como se constata, foi o orçamento disponível executado na totalidade, tendo sido integralmente utilizado no pagamento de adiantamentos de indemnizações às vítimas de crimes.



9.3 Caracterização dos valores executados em 2019

Quadro 8

CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES EXECUTADOS EM 2019				
	N.º de Processos com Indemnização	N.º de Vítimas Apoiadas	Valor Total Pago	Média p/ Vítima
Crime violento	40	47	565.479,87 €	12.031,49 €
Violência Doméstica	120	120	183.180,00 €	1.526,50 €
TOTAL	160	167	748.659,87 €	

Decompondo os números atrás apresentados, constata-se que no crime violento os adiantamentos de indemnizações foram atribuídos em 40 processos, tendo no entanto sido apoiadas 47 pessoas.

Esta situação resulta do facto de em alguns processos existirem mais do que um requerente. Esta situação ocorre essencialmente nos processos de homicídio, nos casos em que um dos progenitores foi morto (normalmente a mãe) e em que o outro se suicidou ou foi preso na sequência do crime. Existem casos em que o casal tinha mais do que um filho, pelo que no mesmo processo foram apoiados mais do que um requerente/vítima.

Apesar de não corresponder à realidade, uma vez que cada em caso é decidido com base num juízo de equidade, pode afirmar-se que a média aritmética simples dos adiantamentos de indemnizações pagas, no ano de 2019, foi de 12.031,49€ por vítima/requerente.

Relativamente às vítimas do crime de violência doméstica, foi atribuído um adiantamento da indemnização em 120 processos, tendo sido indemnizadas 120 vítimas, uma por processo.

A estes processos foi alocada a verba de 183.180,00€, o que deu uma média aritmética simples de 1.526,50€ por adiantamento da indemnização.

Estes foram os valores executados em 2019, isto é, os montantes efetivamente pagos às vítimas e que já foram transferidos para as respetivas contas bancárias.



10. INDEMNIZAÇÕES

10.1 Indemnizações atribuídas em 2019

Quadro 9

INDEMNIZAÇÕES ATRIBUÍDAS EM 2019					
CRIME VIOLENTO					
N.º de Processos Fintos	N.º de Processos sem Indemnização	N.º de Processos com Indemnização	N.º de Vítimas Apoiadas	Valor Total Atribuído	Média p/ Vítima
116	71	45	50	662.830,01 €	13.256,60 €

Este quadro reflecte o número total de processos de crime violento concluídos no ano de 2019 (116 processos).

Foram assim atribuídos adiantamentos de indemnizações em 45 processos, tendo sido apoiadas 50 vítimas.

Tal como foi já referido anteriormente, o mesmo processo pode ter mais do que um requerente, acontecendo com mais frequência nos casos de homicídio.

O valor total de adiantamentos de indemnizações a vítimas de crime violento foi de 662.830,01€, tendo sido efectivamente pagos 565.479,87€, transitando o remanescente (97.350,14€) para ser liquidado em 2020.

Quadro 10

INDEMNIZAÇÕES ATRIBUÍDAS EM 2019					
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA					
N.º de Processos Fintos	N.º de Processos sem Indemnização	N.º de Processos com Indemnização	N.º de Vítimas Apoiadas	Valor Total Atribuído	Média p/ Vítima
133	52	81	81	164.380,00 €	2.029,38 €

No universo total de processos de violência doméstica concluídos no ano de 2019 (133 processos) verifica-se que foram atribuídos adiantamentos de indemnizações a 81 vítimas, em igual número de processos.

Neste tipo de pedidos, o valor total de adiantamentos de indemnizações foi de 164.380,00€, tendo sido pago um valor superior, na ordem dos 183.580,00€, por estar aqui

incluído o pagamento de processos de violência doméstica que ficaram pendentes do ano de 2018, no montante global de 19.200,00€.



10.2 Pedidos de prorrogação entrados e findos em 2019

Quadro 11

PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO ENTRADOS E FINDOS EM 2019			
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			
Sem Indemnização	Com Indemnização	Total Atribuído	Média p/ Vítima
1	10	12.600,00 €	1.260,00 €

Como foi já referido, no ano de 2019 houve 11 vítimas do crime de violência doméstica que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 6º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, findo o período de 6 meses em que receberam o adiantamento da indemnização concedido, solicitaram a sua prorrogação por um novo período de 6 meses, uma vez que não tinham ainda conseguindo atingir uma situação que lhes permitisse estabilizar as suas vidas.

Destes 11 pedidos de prorrogação, 10 foram deferidos, pois confirmou-se que as vítimas continuavam a preencher os requisitos legais para o efeito. Já quanto a um desses pedidos, o mesmo foi recusado, uma vez que se concluiu que a requerente estava já inserida no mercado de trabalho, pelo que, naquele momento, não se encontravam os requisitos legalmente exigidos devidamente preenchidos.

Foi alocado ao pagamento destas prorrogações uma verba de 12.600,00€, o que deu uma média aritmética simples de 1.260,00€ por vítima.





10.3 Total de indemnizações de VD e prorrogações atribuídas em 2019

Quadro 12

INDEMNIZAÇÕES + PRORROGAÇÕES ATRIBUÍDAS EM 2019			
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			
N.º Total de Processos	N.º de Vítimas Apoiadas	Total Atribuído	Média p/ Vítima
91	91	176.980,00 €	1.944,84 €

Relativamente ao quadro global dos apoios concedidos a vítimas de violência doméstica, somando os deferimentos relativos aos pedidos iniciais (81 pedidos), com o deferimento dos pedidos de prorrogação (10 pedidos deferidos), foram apoiadas um total de 91 vítimas, tendo sido alocada uma verba total de 176.980€, o que fez uma média aritmética simples de 1.944,84€ por adiantamento da indemnização.



11. CAUSAS DE ARQUIVAMENTO

Quadro 13

CAUSAS DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS EM 2019		
CRIME VIOLENTO		
Atribuída indemnização	45	38,8%
Óbito do/a Requerente	1	0,9%
Manifesto desinteresse do/a requerente	4	3,4%
Ilegitimidade	4	3,4%
Caducidade	15	12,9%
Falta tempo de incapacidade permanente e absoluta – artigo 2.º, n.º 1, alínea a)*	8	6,9%
Não se verifica perturbação do nível/qualidade de vida – artigo 2.º, n.º 1, alínea b)*	31	26,7%
Não execução da sentença/acórdão – artigo 2.º, n.º 1, alínea c)*	0	0%
Aplicada causa de exclusão – artigo 3.º*	6	5,2%
Arguido pagou a indemnização	1	0,9%
Duplicação do pedido	1	0,9%
TOTAL	116	100%

*Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro

Como já vimos, no ano de 2019 foram conclusos 116 processos relativos a pedidos de indemnização por vítimas de crime violento. Em 45 desses processos, correspondente a 38,8% do total, foi concedido adiantamento da indemnização, os restantes 71 processos foram arquivados por diversas causas, que de seguida se detalham:

- Um processo, correspondente a 0,9% do total, foi arquivado por morte do requerente.
- Em 4 processos, o que representa 3,4% do total, o arquivamento foi devido ao manifesto desinteresse do requerente relativamente ao andamento do processo. Nestes casos o que acontece é que, não obstante os requerentes apresentarem o pedido inicial, ou não juntam a documentação necessária apesar de instados a fazê-lo, ou simplesmente ficam incontactáveis, não respondendo a chamadas telefónicas, mensagens de correio electrónico e correio postal, revelando-se as inúmeras tentativas de contacto com a vítima infrutíferas.
- Em igual número de processos (4), que representam também 3,4% do total, o arquivamento teve por fundamento a ilegitimidade do requerente na formulação do pedido, isto é, a pessoa que apresentou o requerimento a esta Comissão, segundo o

disposto no art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, não dispunha de legitimidade para o fazer.

- Temos depois 15 processos, correspondente a 12,9% do total, que foram arquivados por caducidade, ou seja, pelo facto de o requerimento inicial ter sido apresentado já depois de todos os prazos previstos no art.º 11º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, estarem ultrapassados.
- Em 8 dos processos, equivalente a 6,9% do total, o motivo do arquivamento foi o não preenchimento do requisito exigido pelo disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, onde se exige que do crime hajam resultado lesões que tenham provocado uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de pelo menos 30 dias.
- Na maioria dos casos, exatamente em 31 processos, correspondentes a 26,7% do total, o procedimento foi arquivado devido ao não preenchimento do disposto na al. b) do n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, uma vez que os requerentes não lograram demonstrar, fazendo prova disso, de que forma é que o crime por eles sofrido lhes causou a exigida perturbação considerável do seu nível e da sua qualidade de vida.
- Em 6 processos, equivalente a 5,2% do total, o arquivamento deveu-se às causas de exclusão previstas no art.º 3º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro.
- Em apenas um processo, correspondente a 0,9% do total, o arquivamento deveu-se ao facto de o agressor ter pago à vítima a indemnização civil em que foi condenado em Tribunal.
- Por último, em 1 processo, também equivalente a 0,9% do total, o arquivamento teve como fundamento a existência de uma duplicação do pedido. Assim, o requerente/vítima fez um pedido, que motivou uma decisão, e cerca de dois anos depois, voltou a fazer um novo pedido, apresentando o mesmo caso.

Quadro 14

CAUSAS DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS EM 2019		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Atribuída indemnização	81	60,9%
Óbito do/a Requerente	1	0,8%
Ilegitimidade	4	3%
Manifesto desinteresse do/a requerente	9	6,8%
Inexistência de crime de VD – artigo 5.º, n.º 1, alínea a)*	2	1,5%
Inexistência de Grave Carência Económica – artigo 5.º, n.º 1, alínea b)*	31	23,3%
Voltou para o agressor	5	3,8%
TOTAL	133	100%

*Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro

Relativamente aos pedidos de adiantamento de indemnização nos casos de violência doméstica, tal como referido, em 2019 foram concluídos 133 processos, dos quais 81 foram deferidos, o que corresponde a 60,9% do total.

Os restantes 52 processos foram arquivados pelas seguintes razões:

- Um dos processos, correspondente a 0,8% do total, o motivo do arquivamento foi a morte da requerente.
- Em 4 processos, que representam 3% do total, o arquivamento teve por fundamento a ilegitimidade do requerente na formulação do pedido, isto é, a pessoa que apresentou o requerimento a esta Comissão, segundo o disposto no art.º 2º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, não dispunha de legitimidade para o fazer.
- Em 9 processos, o que representa 6,8% do total, o arquivamento foi devido ao manifesto desinteresse do requerente relativamente ao andamento do processo. Nestes casos o que acontece é que, não obstante os requerentes apresentarem o pedido inicial, ou não juntam a documentação necessária apesar de instados a fazê-lo, ou simplesmente ficam incontactáveis, não respondendo a chamadas telefónicas, mensagens de correio electrónico e correio postal, revelando-se as inúmeras tentativas de contato com a vítima infrutíferas.
- Em 2 processos, correspondente a 1,5% do total, o motivo do arquivamento foi a constatação de que inexistia crime naquele caso em concreto.

§

- Em 31 processos, equivalente a 23,3% do total, a razão do arquivamento foi o não preenchimento do requisito exigido pelo disposto na al. b) do n.º 1 do art.º 5º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, uma vez que de acordo com os critérios previstos no diploma em referência, as requerentes não se encontravam numa situação de grave carência económica.
- Por último, em 5 processos, que representam 5% do total, o arquivamento ocorreu porque, durante a fase de instrução, a requerente optou por voltar a viver com o agressor.



12. CARACTERIZAÇÃO DOS PEDIDOS

12.1 Requerimentos por tipo de crime

Quadro 15

REQUERIMENTOS POR TIPO DE CRIME		
CRIME VIOLENTO		
Homicídio	62	44,6%
Homicídio na forma tentada	18	12,9%
Ofensa à integridade física grave	9	6,5%
Ofensa à integridade física simples	3	2,2%
Violação	10	7,2%
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	17	12,2%
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	3	2,2%
Furto/Roubo por esticção	1	0,7%
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	5	3,6%
Violência doméstica	8	5,8%
Outros crimes	3	2,2%
TOTAL	139	100%

Antes de avançarmos com a presente análise, relembramos que, não obstante terem sido concluídos 116 processos referentes a pedidos por crime violento, alguns processos têm agregados mais do que um requerente, nomeadamente nos casos de homicídio (vítimas indirectas), pelo que no total foram apreciados 139 pedidos distribuídos pelos 116 processos conclusos em 2019.

Assim, os tipos de crime violento que sustentam a apresentação dos 139 pedidos de concessão de adiantamentos da indemnização analisados e decididos em 2019 têm a seguinte distribuição:

- Em primeiro lugar surge o crime de homicídio, com 62 requerimentos submetidos, o que equivale a 44,6% do total de requerimentos recebidos. Nestes casos, os requerentes correspondem a vítimas indirectas do crime, como sejam descendentes, cônjuges, ascendentes, etc.



- De seguida verifica-se que 18 pedidos, o que corresponde a cerca de 12,9% do total, assentam no facto de a vítima ter sido alvo de uma tentativa de homicídio.
- Com um número igualmente elevado (17 pedidos), equivalente a 12,2% do total, surgem os requerimentos apresentados por vítimas ou familiares de vítimas de Abuso sexual de criança/adolescente/menor dependente.
- Ainda no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, surgem os pedidos relativos ao crime de violação, com 10 requerimentos, o que corresponde a 7,2% do total.
- Verifica-se depois a existência de 9 pedidos relativos ao crime de ofensa à integridade física grave, correspondendo assim a 6,5% do total.
- Por sua vez foram apresentados 5 pedidos referentes ao crime de roubo na via pública (exceto por esticção), equivalente a 3,6% do total.
- Menos expressivos são os pedidos relativos aos crimes de ofensa à integridade física simples, outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e outros crimes não especificados (burla, dano, etc.), tendo sido recebidos 3 requerimentos de cada um, correspondendo individualmente a 2,2% do total.
- Foi ainda apresentado um pedido relativamente ao crime de roubo por esticção, o que corresponde a 0,72% do total.
- Por último destacam-se 8 pedidos de concessão de um adiantamento da indemnização, correspondendo a 5,8% do total, apresentados por vítimas do crime de violência doméstica, mas já depois do encerramento do processo-crime, isto é, findo o julgamento. Nestes casos o que as vítimas vieram solicitar foi o pagamento de uma parte ou da totalidade da indemnização civil em que o agressor havia sido condenado, uma vez que, por razões várias, o arguido não efectuou esse pagamento, pelo que estes processos são sempre apreciados ao abrigo do disposto no Capítulo II da Lei n.º 104/09, de 14 setembro.

Quadro 16

REQUERIMENTOS POR TIPO DE CRIME	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Violência doméstica	133

No que à violência doméstica diz respeito, nada de significativo a assinalar, pois todos os pedidos foram apresentados por pessoas que alegaram ter sido vítimas daquele tipo de crime, cabendo à Comissão, com base nas informações disponíveis determinar a veracidade dessa alegação, bem como a situação socioeconómica da vítima, para sustentar a tomada de decisão.



12.2 Requerentes por tipo de crime

Quadro 17

REQUERENTE										
CRIME VIOLENTO										
Tipo de Crime:	Próprio	Familiar/Outro	Ministério Público	ONG/IPSS	Advogado	TOTAL				
Homicídio	18 40,9%	4 33,3%	0 0%	8 61,5%	32 47,8%					
Homicídio na forma tentada	5 11,4%	0 0%	0 0%	3 23,1%	10 14,9%					
Ofensa à integridade física grave	4 9,1%	2 16,7%	0 0%	0 0%	3 4,5%					
Ofensa à integridade física simples	1 2,3%	1 8,3%	0 0%	0 0%	1 1,5%					
Violação	4 9,1%	0 0%	0 0%	1 7,7%	5 7,5%					
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	4 9,1%	3 25%	3 100%	1 7,7%	6 9%					
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	2 4,5%	1 8,3%	0 0%	0 0%	0 0%					
Furto/Roubo por esticção	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 1,5%					
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	2 4,5%	0 0%	0 0%	0 0%	3 4,5%					
Violência doméstica	4 9,1%	1 8,3%	0 0%	0 0%	3 4,5%					
Outros crimes	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 4,5%					
TOTAL	44	12	3	13	67	139				
	31,7%	8,6%	2,2%	9,4%	48,2%	100%				

No que diz respeito à caracterização dos requerentes, no âmbito dos processos de crime violento, a situação no ano de 2019 foi a seguinte:

- Relativamente ao crime de homicídio, 18 pedidos foram apresentados pelo próprio requerente, na maioria descendentes da vítima do crime; 4 pedidos foram apresentados por familiares da pessoa com legitimidade para apresentar o pedido. Por norma isto acontece quando os requerentes são menores de idade e são representados por um outro familiar ou por quem foi atribuída a responsabilidade parental; depois, 8 pedidos foram apresentados por ONG/IPSS em representação das pessoas que tinham essa legitimidade; e, por último, 32 pedidos foram apresentados por advogados, em representação dos seus constituintes.
- Quanto aos pedidos apresentados por vítimas do crime de homicídio na forma tentada, 5 requerimentos foram submetidos pela própria vítima do crime; 3 pedidos foram apresentados por ONG/IPSS em representação das vítimas; e, por último, 10 pedidos foram apresentados por advogado em representação dos seus clientes.
- Relativamente aos pedidos apresentados por vítimas do crime de ofensa à integridade física grave, 4 pedidos foram apresentados pelas próprias vítimas; 2 pedidos foram

apresentados por familiares das vítimas; e 3 pedidos foram apresentados por advogados em representação das vítimas.

- Quanto aos pedidos apresentados por vítimas do crime de ofensa à integridade física simples, temos que 1 pedido foi apresentado pela própria vítima; 1 pedido por familiar da vítima; e 1 outro pedido por advogado em representação da vítima.
- Quanto aos processos por crime de violação, 4 pedidos foram apresentados pelas próprias vítimas; 1 por uma ONG/IPSS; e 5 pedidos apresentados por advogado em representação de outras tantas vítimas.
- Relativamente aos pedidos apresentados por vítimas do crime de abuso sexual de criança/adolescente/menor dependente, 4 pedidos foram apresentados pelas próprias vítimas; 3 pedidos por familiares da vítima; 3 pedidos formulados pelo Ministério Público em representação das vítimas; 1 pedido por ONG/IPSS; e 6 pedidos por advogado em representação das vítimas.
- Quanto a pedidos apresentados por vítimas de outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, 2 pedidos foram apresentados pelas próprias vítimas e 1 pedido por familiar da vítima.
- Por roubo por esticção, entrou 1 pedido, que foi apresentado por advogado em representação da vítima desse crime.
- Por roubo na via pública, 2 pedidos foram apresentados pelas próprias vítimas do crime e 3 pedidos foram apresentados por advogado.
- Por crime de violência doméstica, ao abrigo do quadro legal das vítimas de crime violento, 4 pedidos foram apresentados pela própria vítima; 1 por familiar da vítima; e 3 por advogado.
- Foram ainda apresentados 3 pedidos por outro tipo de crimes (burla, dano, etc.), tendo todos esses pedidos sido apresentados por advogado.

Quadro 18

REQUERENTE					
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA					
Próprio	Familiar/ Outro	Ministério Público	ONG/IPSS	Advogado	TOTAL
13	0	0	120	0	133
9,8%	0%	0%	90,2%	0%	100%

Relativamente aos pedidos apresentados por vítimas do crime de violência doméstica, ao abrigo do Capítulo III da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, constatou-se que em 13 processos o pedido de adiantamento da indemnização foi apresentado pela própria vítima, o que significa 9,8% do total, e nos restantes 120 casos, os pedidos foram apresentados por ONG/IPSS em representação da vítima, o que significa um total de 90,2%.

Temos assim uma demonstração de que o acompanhamento ou o empoderamento das vítimas através das associações de apoio à vítima conduz a que aquelas sejam informadas de todos os seus direitos e possam exercê-los.

Existe uma diferença enorme, no acesso a esses direitos, entre as vítimas que estão sozinhas, sem qualquer acompanhamento, e aquelas que encontram apoio em associações especialmente vocacionadas para o efeito.



13. CARACTERIZAÇÃO DOS REQUERENTES/VÍTIMAS

13.1 Idade dos Requerentes/Vítimas por tipo de crime

Quadro 19

IDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS						
Tipo de Crime	CRIME VIOLENTO					TOTAL
	<= 14	15-17	18-24	25-64	>=65	
Homicídio	7 41,2%	3 27,3%	10 43,5%	33 44,6%	9 64,3%	
Homicídio na forma tentada	0 0%	0 0%	1 4,3%	14 18,9%	3 21,4%	
Ofensa à integridade física grave	1 5,9%	1 9,1%	0 0%	7 9,5%	0 0%	
Ofensa à integridade física simples	0 0%	1 9,1%	0 0%	2 2,7%	0 0%	
Violação	1 5,9%	0 0%	3 13%	4 5,4%	2 14,3%	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	8 47,1%	3 27,3%	6 26,1%	0 0%	0 0%	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0 0%	1 9,1%	1 4,3%	1 1,4%	0 0%	
Furto/Roubo por esticção	0 0%	0 0%	0 0%	1 1,4%	0 0%	
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0 0%	0 0%	0 0%	5 6,8%	0 0%	
Violência doméstica	0 0%	1 9,1%	1 4,3%	6 8,1%	0 0%	
Outros crimes	0 0%	1 9,1%	1 4,3%	1 1,4%	0 0%	
TOTAL	17 12,2%	11 7,9%	23 16,5%	74 53,2%	14 10,1%	139 100%

Este quadro mostra-nos os grupos etários das pessoas que procuraram apoio nesta Comissão, no âmbito de crimes violentos, requerendo o pagamento de um adiantamento da indemnização:

- No que diz respeito aos pedidos de homicídio consumado constatou-se que, 7 pedidos foram apresentados em nome de menores de 14 anos, todos eles descendentes da pessoa falecida; 3 pedidos foram apresentados em nome de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, também eles descendentes de vítimas do crime de homicídio; 10 pedidos por descendentes da pessoa falecida, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos; e 33 pedidos apresentados por ascendentes e descendentes da pessoa falecida, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; e, por último, deram entrada 9 pedidos apresentados essencialmente por pais, com idade igual ou superior a 65 anos, que viram os seus filhos ser mortos na sequência de um crime violento.
- Relativamente ao crime de homicídio na forma tentada constatou-se que, um dos pedidos foi apresentado por uma vítima com idade compreendida entre os 18 e os 24

g

anos; 14 pedidos foram apresentados por vítimas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; e por último, 3 pedidos foram apresentados por vítimas com mais de 65 anos.

- Relativamente aos pedidos formulados por vítimas de ofensa à integridade física grave, um pedido foi formulado em representação da vítima menor de 14 anos; em um outro pedido, a vítima encontrava-se no grupo etário compreendido entre os 15 e os 17 anos; e, por último, 7 pedidos foram apresentados por pessoas que se encontravam no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.
- Em relação ao crime de ofensa à integridade física simples, um pedido foi apresentado por uma vítima que se situa no grupo etário entre os 15 e os 17 anos; e 2 pedidos foram apresentados por vítimas entre os 25 e os 64 anos.
- Quanto aos requerimentos formulados por vítimas do crime de violação constatou-se que um pedido foi apresentado em representação de uma vítima com menos de 14 anos; 3 outros pedidos foram apresentados por vítimas com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos; 4 pedidos foram apresentados por mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; e, por fim, 2 pedidos foram apresentados por mulheres com mais de 65 anos.
- No que diz respeito aos pedidos de apoio por parte das vítimas do crime de abuso sexual de criança/adolescente/menor dependente, 8 pedidos foram apresentados por terceiros em representação de menores de 14 anos; 3 pedidos foram apresentados em representação de jovens que se situam no grupo entre os 15 e os 17 anos; e 6 pedidos foram apresentados por vítimas que se situam no grupo etário entre os 18 e os 24 anos.
- Relativamente ao grupo dos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, constatou-se que no total foram apresentados 3 pedidos para a concessão de um adiantamento da indemnização, tendo um desses pedidos sido apresentado em representação de uma vítima com menos de 14 anos; outro em nome de uma vítima com idade entre os 15 e os 17 anos; e, por fim, um último apresentado por uma vítima com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos.
- Pelo crime de roubo por esticção, foi apresentado um único pedido, por uma vítima que se situa no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.
- Já pelo crime de roubo na via pública (sem ser por esticção), foram apresentados 5 pedidos, todos por pessoas que se situam no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.
- Relativamente ao crime de violência doméstica, ao abrigo do Capítulo II da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, foram apresentados 8 pedidos, tendo um desses pedidos

sido apresentado por uma vítima que se situa no grupo etário entre os 15 e os 17 anos; outro que se situa no grupo entre os 18 e os 24 anos; e, por fim, 6 pedidos foram formulados por vítimas que se situam no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.

- Por ultimo, no grupo dos outros crimes (burla, dano, etc.), deram entrada 3 pedidos, um dos pedidos a vítima situa-se no grupo etário compreendido entre os 15 e os 17 anos; um outro pedido no grupo etário situado entre os 18 e os 24 anos; e, por fim, um pedido apresentado por uma vítima situada no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.

Quadro 20

IDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS						
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA						
<= 14	15-17	18-24	25-64	>=65	Não apurada	TOTAL
0	0	7	124	1	1	133
0%	0%	5,3%	93,2%	0,8%	0,8%	100%

Este quadro mostra-nos a idade das vítimas, distribuídas por grupos etários, no que diz respeito aos pedidos recebidos nesta Comissão pelo crime de violência doméstica, ao abrigo do Capítulo III da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro:

- Foram apresentados 7 pedidos por vítimas que se situam no grupo etário entre os 18 e os 24 anos; 124 pedidos apresentados por vítimas que se situam no grupo etário com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; e um pedido por uma vítima que se situa no grupo etário com mais de 65 anos.





13.2 Requerentes/Vítimas por género e tipo de crime

Quadro 21

REQUERENTES/VÍTIMAS POR GÉNERO					
CRIME VIOLENTO					
Tipo de Crime	Masculino		Feminino		TOTAL
Homicídio	23	39,7%	39	48,1%	
Homicídio na forma tentada	11	19%	7	8,6%	
Ofensa à integridade física grave	6	10,3%	3	3,7%	
Ofensa à integridade física simples	3	5,2%	0	0%	
Violação	0	0%	10	12,3%	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	8	13,8%	9	11,1%	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0%	3	3,7%	
Furto/Roubo por esticção	1	1,7%	0	0%	
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	4	6,9%	1	1,2%	
Violência doméstica	1	1,7%	7	8,6%	
Outros crimes	1	1,7%	2	2,5%	
	58		81		139
TOTAL	41,7%		58,3%		100%

Analisemos agora os requerentes sob o prisma da diferença de género:

- Relativamente ao crime de homicídio, foram apresentados 62 pedidos de concessão de adiantamento da indemnização, sendo que destes, 23 foram requeridos por indivíduos do sexo masculino, enquanto 39 foram requeridos por pessoas do sexo feminino.
- No que respeita ao crime de homicídio na forma tentada, constatou-se que foram feitos 18 pedidos de concessão de adiantamentos da indemnização, sendo que destes, 11 foram apresentados por homens e 7 por mulheres.
- Quanto ao crime de ofensa à integridade física grave, constatou-se que foram recebidos 9 pedidos, tendo 6 sido apresentados por homens e 3 por mulheres.
- Já quanto ao crime de ofensa à integridade física simples foram recebidos 3 pedidos, todos apresentados por homens.
- Pelo crime de violação foram recebidos 10 pedidos, todos eles apresentados por mulheres.

- Quanto ao crime de abuso sexual de criança/adolescente/menor dependente, foram recebidos 17 pedidos, tendo 8 sido apresentados por homens e 9 apresentados por mulheres.
- Nos outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual constata-se que foram apresentados 3 pedidos de concessão de adiantamento da indemnização, todos eles por mulheres.
- Já quanto ao crime de roubo por esticção foi apresentado 1 único pedido, o qual foi formulado por um indivíduo do sexo masculino.
- Relativamente aos outros crimes de roubo, todos na via pública, mas sem ser por esticção, foram apresentados 5 pedidos, tendo 4 sido apresentados por homens e 1 por uma mulher.
- Dos 8 pedidos apresentados por violência doméstica ao abrigo do Capítulo II Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, 1 foi apresentado por um homem e os restantes 7 por mulheres.
- Por outros crimes (dano, burla, etc.) foram apresentados 3 pedidos, tendo 1 sido apresentado por um homem e 2 por mulheres.

Quadro 22

REQUERENTES/VÍTIMAS POR GÉNERO		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Masculino	Feminino	TOTAL
2	131	133
1,5%	98,5%	100%

Relativamente ao crime de violência doméstica, a abordagem pela questão do género mostra-nos que dos 133 pedidos de concessão de adiantamento da indemnização, apenas 2 pedidos foram apresentados por homens, o que corresponde a 1,5% do total, enquanto 131 pedidos, a esmagadora maioria, foram apresentados por mulheres, o que representa 98,5% do total de pedidos por este tipo de crime.



13.3 Estado civil dos Requerentes/Vítimas por tipo de crime

Quadro 23

ESTADO CIVIL DOS REQUERENTES/VÍTIMAS									
CRIME VIOLENTO									
Tipo de Crime	Solteiro/a		Casado/a União Facto		Divorciado/a Saparado/a Facto		Viúvo/a		TOTAL
Homicídio	31	37,8%	15	50%	3	25%	13	86,7%	
Homicídio na forma tentada	6	7,3%	8	26,7%	4	33,3%	0	0%	
Ofensa à integridade física grave	6	7,3%	2	6,7%	0	0%	1	6,7%	
Ofensa à integridade física simples	3	3,7%	0	0%	0	0%	0	0%	
Violação	6	7,3%	1	3,3%	2	16,7%	1	6,7%	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	17	20,7%	0	0%	0	0%	0	0%	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	3	3,7%	0	0%	0	0%	0	0%	
Furto/Roubo por esticção	1	1,2%	0	0%	0	0%	0	0%	
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	3	3,7%	2	6,7%	0	0%	0	0%	
Violência doméstica	4	4,9%	1	3,3%	3	25%	0	0%	
Outros crimes	2	2,4%	1	3,3%	0	0%	0	0%	
	82		30		12		15		139
TOTAL		59%		21,6%		8,6%		10,8%	100%

Relativamente ao estado civil dos requerentes, no âmbito dos pedidos por crime violento, da análise dos dados conclui-se que:

- As 62 pessoas que requereram um adiantamento da indemnização a esta Comissão, pelo facto de familiares seus terem sido vítimas do crime de homicídio consumado, 31 eram solteiras, sendo maioritariamente descendentes da vítima direta; 15 outros requerentes eram casados ou viviam em união de facto com a vítima direta; 3 requerentes eram separados ou divorciados, mas vieram em representação dos filhos menores que tinham em comum com a vítima do crime; e, por último, 13 desses requerentes eram viúvas em consequência do crime sofrido pela vítima. Tal como já previamente explicado, este tipo de crime, homicídio consumado, é o único que permite que, devido à morte da vítima, possa ser outra pessoa a beneficiar do pagamento do adiantamento da indemnização, porém, nestes casos, exige-se que o/a requerente, estivesse à data da morte da vítima na sua dependência financeira, sofrendo com a situação uma considerável alteração do seu nível de vida.

- No crime de homicídio na forma tentada, constata-se que 6 requerentes eram solteiros; 8 pedidos foram apresentados por pessoas que eram casadas; e, por último, 4 dos requerentes, encontravam-se separados ou divorciados.
- Já quanto ao crime de ofensa à integridade física grave, das 9 vítimas que requereram a esta Comissão o pagamento de um adiantamento da indemnização, 6 eram solteiras, 2 eram casadas e uma era viúva.
- Por sua vez, quanto ao crime de ofensa à integridade física simples, foram recebidos 3 pedidos, apresentados por outras tantas vítimas. Todas essas vítimas eram solteiras.
- Já relativamente ao crime de violação, das 10 vítimas que requereram o pagamento de um adiantamento da indemnização, 6 eram à data dos factos solteiras; uma era casada; 2 eram divorciadas/separadas; e, por último, uma era viúva.
- Nos 17 pedidos relativos ao crime de abuso sexual de crianças/adolescente/menor dependente, todas as vítimas eram solteiras.
- Relativamente aos requerentes dos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, as 3 vítimas que apresentaram o pedido eram solteiras.
- Relativamente ao crime de roubo por esticção, deu entrada nesta Comissão, um único pedido, formulado por um indivíduo solteiro.
- Quanto ao crime de roubo na via pública, deram entrada 5 pedidos, 3 dos quais apresentados por vítimas solteiras e 2 por vítimas casadas.
- No crime de violência doméstica, ao abrigo do Capítulo II da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro, dos 8 pedidos recebidos, 4 foram apresentados por vítimas solteiras; um por uma vítima casada; e 3 por vítimas divorciadas/separadas.
- Por último, relativamente aos outros crimes (dano, burla, etc.), deram entrada 3 pedidos, tendo 2 sido apresentados por vítimas solteiras e um por uma vítima casada.

Assim, no que diz respeito ao crime violento, dos 139 pedidos de adiantamentos da indemnização analisados, 82 foram apresentados por indivíduos solteiros, 30 por indivíduos casados, 12 por pessoas separadas/divorciadas e, por fim, 15 por pessoas viúvas.

Temos assim que, a esmagadora maioria das vítimas e requerentes de adiantamentos da indemnização de crime violento, são vítimas solteiras, quase o dobro das vítimas e requerentes dos outros estados civis.

Quadro 24

ESTADO CIVIL DOS REQUERENTES/VÍTIMAS				
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA				
Solteiro/a	Casado/a União Facto	Divorciado/a Saparado/a Facto	Viúvo/a	TOTAL
59	56	18	0	133
44,4%	42,1%	13,5%	0%	100%

Relativamente aos pedidos de adiantamento da indemnização formulados por vítimas do crime de violência doméstica, a situação é diferente, mas curiosa. Assim, e quanto a este tipo de crime, dos 133 requerimentos analisados, 59 pedidos foram formulados por pessoas solteiras, 56 por pessoas casadas ou em união de facto e 18 por pessoas separadas.

Temos assim que, neste tipo de crime, existe uma aproximação entre o número de vítimas solteiras e as casadas ou em união de facto, sendo que, mesmo assim, a maioria das pessoas que requereram este apoio eram solteiras, o que nos dá uma ideia, quer da violência no namoro, quer da fragilidade de muitas relações amorosas na sua fase inicial.



13.4 Habilitações literárias dos Requerentes/Vítimas

Quadro 25

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS REQUERENTES/VÍTIMAS		
CRIME VIOLENTO		
Ensino Básico	30	21,6%
Ensino Secundário	22	15,8%
Ensino Superior	11	7,9%
Não sabe ler/escrever	4	2,9%
N/Especificado	72	51,8%
TOTAL	139	100%

Analisemos agora os pedidos do adiantamento da indemnização por crime violento, no que se refere às habilitações académicas das vítimas. Das 139 que requereram este apoio, 30 tinham o ensino básico, 22 tinham o ensino secundário, 11 tinham concluído o ensino superior e 4 assinalaram a opção “*não sabe ler ou escrever*”. Mas quase metade dos requerentes, em concreto 51,8%, não especificou quais as suas habilitações literárias.

Quadro 26

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS REQUERENTES/VÍTIMAS		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Ensino Básico	56	42,1%
Ensino Secundário	30	22,6%
Ensino Superior	7	5,3%
Não sabe ler/escrever	1	0,8%
N/Especificado	39	29,3%
TOTAL	133	100%



No que diz respeito às 133 vítimas que peticionaram o adiantamento da indemnização por terem sido vítimas do crime de violência doméstica, apurou-se que 56 tinham o ensino básico, 30 tinham o ensino secundário, 7 tinham concluído o ensino superior, enquanto apenas uma escolheu a opção “*não sabe ler/escrever*”. Também neste caso, uma parte significativa dos requerentes, mais concretamente 29,3%, não especificou quais eram as suas habilitações literárias.



13.5 Profissão dos Requerentes/Vítimas

Quadro 27

PROFISSÃO DOS REQUERENTES/VÍTIMAS			
CRIME VIOLENTO			
Administrativa	5	Estudante	35
Agricultor	1	Funcionário público	1
Animador Cultural	1	Massagista	1
Assistente Técnica	1	Mediador imobiliário	1
Auxiliar de ação direta	2	Motorista	1
Auxiliar de ação médica	1	Músico	1
Barman	1	Operador/a de loja	2
Comerciante	2	Operário fabril	1
Construtor Civil	2	Optometrista	1
Cortador de carnes	1	Pedreiro	2
Costureira	2	Pintor	1
Desconhecida ou sem profissão	43	Polícia	1
Doméstica	6	Professor	1
Empregada de limpeza	2	Rececionista	1
Empregado de balcão	5	Tapeteira	1
Empregado de restauração	1	Taxista	1
Empregado/a fabril	3	Técnico de laboratório	1
Empresário	4	Vendedor (ambulante)	3

Nota: Destes 139 requerentes, 27 estão em situação de desemprego e 17 estão reformados.

O quadro supra descreve, de forma exaustiva, as profissões das vítimas/requerentes que vieram a esta Comissão requerer a concessão de um adiantamento da indemnização por terem sido vítimas de um crime violento.

Existem dois números que se destacam: o número de estudantes (35), onde englobamos os menores que viram um dos progenitores ser assassinado e também os menores que foram vítimas do crime de abuso sexual, nas suas diferentes tipologias. Os menores são, todos os anos, fortemente penalizados com o crime, seja porque foram vítimas diretas desse crime,



como acontece nos crimes sexuais, onde o crime é praticado diretamente sobre a criança/jovem, ou naquelas situações em que, não sendo elas a pessoa que sofre o crime, são diretamente atingidos por esse mesmo crime, por perderem um dos progenitores na sequência do mesmo. Em algumas circunstâncias perdem mesmo os dois progenitores, pois ou morrem os dois, ou morre um e o outro vai preso, condenado a pesada pena de prisão. O outro número que se destaca é o referente aos requerentes que não indicaram qual a sua profissão ou que não têm qualquer profissão, num total de 43 casos.

Quadro 28

PROFISSÃO DOS REQUERENTES/VÍTIMAS			
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			
Advogada	2	Empregada de limpeza	12
Agricultor	3	Empresário	1
Ajudante de lar	1	Engenheira	1
Ajudante familiar	1	Esteticista	4
Assistente de compras	1	Estudante	8
Assistente dentária	1	Gaspeadeira	1
Assistente técnica	1	Hotelaria	1
Auxiliar de ação direta	2	Operador de máquinas	1
Auxiliar de ação educativa	2	Operadora call center	1
Auxiliar de ação médica	1	Operadora de caixa	1
Auxiliar de geriatria	1	Operário fabril	5
Cabeleireira	1	Pasteleira	1
Camareira	1	Pecuária	1
Cantoneiro	1	Polidor	1
Comerciante	1	Produtora	1
Costureira	1	Rececionista	1
Desconhecida ou sem profissão	28	Reformada /pensionista	1
Designer	1	Restauração	10
Doméstica	19	Segurança	1
Empregada de balcão	9	Técnico comercial	2

Nota: Destes 133 requerentes, 57 encontram-se em situação de desemprego.

O quadro supra também descreve, de forma detalhada, as profissões dos requerentes que vieram a esta Comissão solicitar a concessão de um adiantamento da indemnização por terem sido vítimas do crime de violência doméstica.

Neste caso, destacam-se três áreas profissionais onde se concentram o maior número de vítimas: as vítimas que se encontram em casa a levar a cabo os trabalhos domésticos, num total de 19; de seguida contabilizam-se 12 vítimas que assinalaram ser empregadas de limpeza; e por último, as empregadas de restauração, com um total de 10 vítimas. Estas três profissões têm um número significativo de vítimas.

Mas existe um outro dado muito importante, referente ao número de vítimas que no momento que se dirigiram a esta Comissão se encontravam numa situação de desemprego, perfazendo estas um total de 57. Conclui-se deste modo que cerca de 43% das vítimas do crime de violência doméstica que pediram apoio ao Estado estavam numa situação de desemprego.



13.6 Nacionalidade dos Requerentes/Vítimas por tipo de crime

Quadro 29

NACIONALIDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS								
CRIME VIOLENTO								
Tipo de Crime	Portugal	Espanha	Inglaterra	Ucrânia	Rússia	Brasil	Cabo-Verde	S. Tomé
Homicídio	57	3	0	0	1	0	1	0
Homicídio na forma tentada	16	0	0	0	0	0	0	2
Ofensa à integridade física grave	9	0	0	0	0	0	0	0
Ofensa à integridade física simples	2	0	0	0	0	0	0	1
Violação	8	0	1	0	0	0	1	0
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	16	0	0	0	0	1	0	0
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	3	0	0	0	0	0	0	0
Furto/Roubo por esticção	1	0	0	0	0	0	0	0
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	4	0	0	1	0	0	0	0
Violência doméstica	7	0	0	0	0	1	0	0
Outros crimes	3	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	126	3	1	1	1	2	2	3
	90,6%	2,2%	0,7%	0,7%	0,7%	1,4%	1,4%	2,2%

Relativamente às nacionalidades das vítimas/requerentes, no âmbito dos pedidos por crime violento, constata-se que a sua quase totalidade são de nacionalidade portuguesa. Assim, dos 139 pedidos, cujos processos foram concluídos no ano 2019, 126 pedidos, equivalentes a 90,6% do total, foram apresentados por cidadãos portugueses; 3 pedidos, correspondente a 2,2%, foram apresentados por cidadãos oriundos de Espanha; outros 3 pedidos, também equivalente a 2,2%, foram apresentados por cidadãos oriundos de S. Tomé e Príncipe; depois, com 2 pedidos cada, surge o Brasil e Cabo Verde; e, por último, com 1 pedido apresentado por cidadãos de cada uma dessas nacionalidades, aparecem a Inglaterra, a Ucrânia e a Rússia.

Em relação aos últimos anos, constata-se uma diminuição considerável de pedidos de cidadãos oriundos do Reino Unido e da Holanda.

Quadro 30

NACIONALIDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS						
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA						
Portugal	Polónia	Roménia	Ucrânia	Rússia	Moldávia	Brasil
105	1	2	3	1	1	11
78,9%	0,8%	1,5%	2,3%	0,8%	0,8%	8,3%

Quadro 30 (Continuação)

NACIONALIDADE DOS REQUERENTES/VÍTIMAS						
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA						
Angola	Cabo-Verde	Guiné	S. Tomé	Nigéria	Camarões	Marrocos
2	2	1	1	1	1	1
1,5%	1,5%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%

No que diz respeito às nacionalidades das vítimas do crime de violência doméstica, a situação é diferente, não obstante registrar-se uma predominância de vítimas de nacionalidade portuguesa, que perfazem 78,9% dos pedidos.

Assim, das 133 vítimas que recorreram este apoio, 105 eram portuguesas; depois, 11 vítimas eram de nacionalidade brasileira; 3 eram de nacionalidade ucraniana; 2 eram nacionais da Roménia, 2 de Angola e 2 de Cabo Verde; e por último, um pedido apresentado a esta Comissão por cada uma das seguintes nacionalidades, polaca, russa, moldava, guineense, santomense, nigeriana, camaronesa e marroquina.



13.7 Requerentes/Vítimas menores de idade por tipo de crime

Quadro 31

REQUERENTES/VÍTIMAS MENORES DE IDADE					
CRIME VIOLENTO					
Tipo de Crime	<= 14		15-17		TOTAL
Homicídio	7	41,2%	3	27,3%	
Ofensa à integridade física grave	1	5,9%	1	9,1%	
Ofensa à integridade física simples	0	0%	1	9,1%	
Violação	1	5,9%	0	0%	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	8	47,1%	3	27,3%	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0%	1	9,1%	
Violência doméstica	0	0%	1	9,1%	
Outros crimes	0	0%	1	9,1%	
TOTAL	17		11		28
	60,7%		39,3%		100%

Um dado sempre de grande relevância prende-se com os menores e com a idade com que os mesmos são expostos ao crime, direta ou indiretamente.

Neste quadro temos a indicação estatística dos menores cujos pedidos foram concluídos no ano de 2019. Estes pedidos foram submetidos por interposta pessoa, como é o caso dos progenitores, um familiar, advogado, ONG/IPSS ou o Ministério Público. Os pedidos em causa são relativos a situações em que o próprio menor foi vítima de um crime, por exemplo no caso dos crimes sexuais, bem como a situações em que foram os seus progenitores (ambos ou apenas um deles) as vítimas do crime violento.

Assim, relativamente ao homicídio consumado, crimes em que um ou ambos os progenitores perderam a vida, requereram o apoio desta Comissão 10 menores, sendo que 7 deles tinham menos de 14 anos, e os restantes 3 situavam-se no grupo etário compreendido entre os 15 e os 17 anos.

Já no que diz respeito ao crime de ofensa à integridade física grave, recebemos 2 pedidos, sendo que um desses menores, com idade inferior a 14 anos, foi a vítima direta do crime, e o outro situava-se na faixa etária compreendida entre os 15 e os 17 anos.

g

Quanto ao crime de ofensa à integridade física simples, foi recebido um pedido, situando-se a vítima na faixa etária entre os 15 e os 17 anos.

Relativamente ao crime de violação, foi recebido um pedido em nome de uma menor de 14 anos, que havia sido vítima deste crime.

Relativamente ao crime de abuso sexual de criança/adolescente/menor dependente, foram recebidos 11 pedidos de apoio: 8 destes menores tinham menos de 14 anos, enquanto os restantes 3 se situavam na faixa etária entre os 15 e os 17 anos.

Já relativamente aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, violência doméstica e outros crimes, foram recebidos 3 pedidos de apoio, um por cada uma destas tipologias de crimes, sendo que todos faziam parte da faixa etária situada entre os 15 e os 17 anos.

No total foram 28 os menores que requereram em 2019 a concessão de um adiantamento da indemnização a esta Comissão, sendo que destes, 60,7% situam-se no grupo dos jovens com menos de 14 anos, e os restantes 39,3% se situam na faixa etária compreendida entre os 15 e os 17 anos.



14. CARACTERIZAÇÃO DOS AGRESSORES

14.1 Idade dos Agressores por tipo de crime

Quadro 32

IDADE DOS AGRESSORES										
CRIME VIOLENTO										
Tipo de Crime	15-17		18-24		25-64		>=65		Não apurada	TOTAL
Homicídio	0	0%	1	20%	49	39,2%	4	50%	3	
Homicídio na forma tentada	0	0%	2	40%	18	14,4%	3	37,5%	1	
Ofensa à integridade física grave	1	100%	0	0%	6	4,8%	0	0%	2	
Ofensa à integridade física simples	0	0%	0	0%	3	2,4%	0	0%	0	
Violação	0	0%	1	20%	9	7,2%	0	0%	0	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	0%	0	0%	17	13,6%	1	12,5%	0	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0%	0	0%	3	2,4%	0	0%	0	
Furto/Roubo por estelionato	0	0%	0	0%	1	0,8%	0	0%	0	
Roubo na via pública (excepto p/estelionato)	0	0%	0	0%	11	8,8%	0	0%	1	
Violência doméstica	0	0%	1	20%	7	5,6%	0	0%	0	
Outros crimes	0	0%	0	0%	1	0,8%	0	0%	0	
TOTAL	1		5		125		8		7	146
	0,7%		3,4%		85,6%		5,5%		4,8%	100%

À semelhança do que foi dito para as vítimas, no mesmo processo podem constar mais do que um agressor, razão pela qual, não obstante terem sido concluídos 116 processos relativos a crime violento no ano de 2019, iremos fazer a análise da caracterização de 146 agressores.

Começando pela faixa etária a que pertencem, constatamos o seguinte:

- Relativamente ao crime de homicídio constatou-se que um destes crimes foi cometido por um jovem pertencente ao grupo etário entre os 18 e os 24 anos; já no grupo etário entre os 25 e os 64 anos, encontramos 49 homicidas; de seguida surgem 4 homicidas no grupo etário com mais de 65 anos. Em 3 casos não foi possível apurar a idade do homicida.
- Quanto ao crime de homicídio na forma tentada, da análise resulta que 2 destes crimes foram cometidos por indivíduos que se enquadram no grupo etário entre os 18 e os 24 anos; já a maioria dos autores deste crime, mais concretamente 18 indivíduos, pertencem ao grupo etário entre os 25 e os 64 anos; depois 3 dos autores deste crime tinham mais de 64 anos; e em um dos casos não foi possível apurar com exatidão a idade do agressor.

- No que diz respeito aos autores do crime de ofensa à integridade física grave, um era ainda menor, pertencendo ao grupo etário entre os 15 e os 17 anos; depois encontramos 6 indivíduos no grupo entre os 25 e os 64 anos; e, por fim, em 2 casos, não foi possível apurar a idade dos autores desses crimes.
- Já relativamente ao crime de ofensa à integridade física simples, os 3 autores deste tipo de crime situavam-se no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.
- Quanto aos autores dos crimes de violação, um tinha idade compreendida entre os 18 e os 24 anos; e os restantes 9 tinham idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos.
- Quanto ao crime de abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, 17 dos abusadores situam-se no grupo etário entre os 25 e os 64 anos, e um tinha mais de 64 anos.
- Relativamente aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, constatou-se que todos os autores desses crimes (3) situavam-se no grupo etário entre os 25 e os 64 anos.
- No caso do crime de roubo/esticação, no único caso que nos foi apresentado, o autor encontrava-se no grupo das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, o mesmo acontecendo aos 11 indivíduos que praticaram os outros crimes de roubo.
- Quanto ao crime de violência doméstica, temos que um indivíduo situa-se no grupo de pessoas que tinha entre 18 e 24 anos, e os restantes 7 estão no grupo etário das pessoas que tinham entre 25 e os 64 anos.
- Por fim, relativamente aos outros crimes (burla, dano, etc.), no único caso registado o autor dos factos situa-se no grupo de pessoas que tinha entre 18 e 24 anos.

Quadro 33

IDADE DOS AGRESSORES					
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA					
15-17	18-24	25-64	>=65	Não apurado	TOTAL
0	0	121	7	5	133
0%	0%	91%	5,3%	3,8%	100%

Relativamente aos autores dos crimes de violência doméstica, constata-se que 121 agressores encontravam-se no grupo etário entre os 25 e os 64 anos; 7 agressores estão no grupo etário de indivíduos com mais de 65 anos; e em 5 casos não foi possível apurar a sua idade.



14.2 Agressores por género e tipo de crime

Quadro 34

AGRESSORES POR GÉNERO						
CRIME VIOLENTO						
Tipo de Crime	Masculino		Feminino		Não apurado	TOTAL
Homicídio	51	39,5%	3	30%	3	42,9%
Homicídio na forma tentada	20	15,5%	3	30%	1	14,3%
Ofensa à integridade física grave	5	3,9%	2	20%	2	28,6%
Ofensa à integridade física simples	2	1,6%	1	10%	0	0%
Violação	10	7,8%	0	0%	0	0%
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	17	13,2%	1	10%	0	0%
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	3	2,3%	0	0%	0	0%
Furto/Roubo por esticção	1	0,8%	0	0%	0	0%
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	11	8,5%	0	0%	1	14,3%
Violência doméstica	8	6,2%	0	0%	0	0%
Outros crimes	1	0,8%	0	0%	0	0%
TOTAL	129		10		7	146
	88,4%		6,8%		4,8%	100%

Analisados os processos concluídos em 2019 quanto ao género dos agressores, no âmbito dos pedidos por crime violento, obtiveram-se as seguintes conclusões:

- Quanto ao crime de homicídio, 51 homicidas são do sexo masculino, e 3 são do sexo feminino. Nos restantes 3 casos não foi possível apurar o sexo do autor do crime, uma vez que o autor não foi identificado.

- Relativamente ao crime de homicídio na forma tentada, 20 desses crimes foram cometidos por homens, e 3 crimes foram cometidos por mulheres, existindo um caso em que o autor do crime não foi identificado.
- Dos 9 crimes de ofensa à integridade física grave, 5 foram cometidos por homens, 2 por mulheres, existindo 2 casos em que o autor do crime não foi identificado.
- No que diz respeito aos 3 processos relativos ao crime de ofensa à integridade física simples, constata-se que 2 foram cometidos por indivíduos do sexo masculino e apenas um por um indivíduo do sexo feminino.
- Já quanto ao crime de violação, todos os crimes (10) foram cometidos por indivíduos do sexo masculino.
- No que diz respeito aos 18 crimes de abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, 17 destes crimes foram cometidos por homens, e um por uma mulher.
- Os remanescentes 3 crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual foram todos cometidos por indivíduos do sexo masculino.
- O mesmo acontecendo com o crime de roubo por esticção (1), bem como os 8 crimes de violência doméstica, os quais foram todos praticados por homens.
- Quanto aos crimes de roubo na via pública, dos 12 processos concluídos, 11 foram cometidos por homens, existindo um caso em que o autor do crime não foi identificado.

Numa análise final constata-se que, no universo de 116 processos relativos a crime violento, 88,4% dos crimes foram cometidos por indivíduos do sexo masculino, enquanto apenas 6,8% foram cometidos por mulheres. Nos restantes 4,8% dos casos não foi possível determinar o sexo do agressor, uma vez que este não foi identificado na investigação.

Quadro 35

AGRESSORES POR GÉNERO		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Masculino	Feminino	TOTAL
131	2	133
98,5%	1,5%	100%

Nos processos de violência doméstica a diferença de género é ainda mais marcante. Assim, em 133 processos, constatou-se que 131 agressores, correspondente a 98,5% do total, eram do sexo masculino, enquanto apenas 2 agressores, equivalente a 1,5% do total, eram do sexo feminino.



14.3 Estado civil dos Agressores por tipo de crime

Quadro 36

ESTADO CIVIL DOS AGRESSORES										
CRIME VIOLENTO										
Tipo de Crime	Solteiro/a		Casado/a União Facto		Divorçado/a Separado/a Facto		Viúvo/a		Não apurado	TOTAL
Homicídio	25	35,7%	17	45,9%	8	28,6%	4	100%	3	42,9%
Homicídio na forma tentada	9	12,9%	9	24,3%	5	17,9%	0	0%	1	14,3%
Ofensa à Integridade física grave	4	5,7%	1	2,7%	2	7,1%	0	0%	2	28,6%
Ofensa à Integridade física simples	1	1,4%	1	2,7%	1	3,6%	0	0%	0	0%
Violação	6	8,6%	2	5,4%	2	7,1%	0	0%	0	0%
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	11	15,7%	3	8,1%	4	14,3%	0	0%	0	0%
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	1	1,4%	2	5,4%	0	0%	0	0%	0	0%
Furto/Roubo por esticção	1	1,4%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	9	12,9%	1	2,7%	1	3,6%	0	0%	1	14,3%
Violência doméstica	3	4,3%	0	0%	5	17,9%	0	0%	0	0%
Outros crimes	0	0%	1	2,7%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	70		37		28		4		7	146
	47,9%		25,3%		19,2%		2,7%		4,8%	100%

No que diz respeito ao estado civil dos agressores nos processos de crime violento, a situação apurada é a seguinte:

- Dos 57 homicidas, constata-se que 25 eram solteiros, 17 eram casados, 8 divorciados ou separados, e, por último, 4 eram viúvos. Existiram 3 casos em que a investigação criminal não identificou o autor do crime, pelo que não foi possível determinar o seu estado civil.
- No que diz respeito ao crime de homicídio na forma tentada, constata-se que 9 dos autores eram solteiros, outros 9 eram casados e 5 eram divorciados ou separados. Existiu um caso em que a investigação criminal não identificou o autor do crime.

- Já quanto ao crime de ofensa à integridade física grave, constou-se que 4 dos autores eram solteiros, um era casado e 2 eram divorciados ou separados. Também aqui houve 2 casos em que a investigação criminal não identificou o autor do crime, pelo que não foi possível apurar o seu estado civil.
- No que aos 3 crimes de ofensa à integridade física simples diz respeito, constatou-se que um foi cometido por um indivíduo solteiro, outro por um indivíduo casado e o último por um indivíduo separado ou divorciado.
- Quanto aos 10 processos relativos ao crime de violação, constata-se 6 dos autores eram solteiros, 2 eram casados e os 2 remanescentes eram separados ou divorciados.
- Relativamente aos 18 crimes de abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, 11 destes crimes foram cometidos por indivíduos solteiros, 3 por casados e 4 por separados ou divorciados.
- No que diz respeito aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, um dos autores era solteiro e 2 eram casados.
- No caso de roubo por esticção, o autor do crime era solteiro.
- Quanto aos 11 crimes de roubo na via pública, em 9 desses processos o autor do crime era solteiro, em um dos processos era casado e no outro era separado ou divorciado.
- Por fim, nos 8 processos de violência doméstica, em três desses processos o autor do crime era solteiro e nos restantes 5 era casado.

Numa análise global, temos que 70 agressores, correspondente a 47,9% do total, eram solteiros; 37 agressores, equivalente a 25,3%, eram casados; 28 agressores, a que corresponde 19,2% do total, eram separados ou divorciados; 4 agressores, que perfazem 2,7% do total, eram viúvos. Em 7 casos não foi possível apurar o estado civil do agressor.

Quadro 37

ESTADO CIVIL DOS AGRESSORES					
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA					
Solteiro/a	Casado/a União Facto	Divorciado/a Saparado/a Facto	Viúvo/a	Não apurado	TOTAL
47	61	22	2	1	133
35,3%	45,9%	16,5%	1,5%	0,8%	100%

Analisando também o estado civil dos agressores do crime de violência doméstica, apurou-se o seguinte, relativamente aos 133 processos analisados:

- Em 47 processos, correspondente a 35,3% do total, o agressor era solteiro.
- Por sua vez, em 61 processos, equivalente a 45,9% do total, o agressor era casado.
- Já em 22 processos, o que corresponde a 16,5% do total, o agressor era divorciado ou separado.
- Em 2 processos, correspondente a 1,5% do total, o agressor era viúvo.



14.4 Habilitações literárias dos Agressores

Quadro 38

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS AGRESSORES		
CRIME VIOLENTO		
Ensino Básico	71	48,6%
Ensino Secundário	5	3,4%
Ensino Superior	7	4,8%
Não sabe ler/escrever	10	6,8%
N/Especificado	53	36,3%
TOTAL	146	100%

No que diz respeito às habilitações literárias dos agressores, nos processos de crime violento, verifica-se que nos 116 processos concluídos em 2019 existiram 53 casos, correspondente a 36,3% do total, em que não foi possível apurar as habilitações académicas dos agressores; em 71 processos, equivalente a 48,6% do total, constatou-se que o agressor tinha apenas o ensino básico; em 5 desses processos, o que corresponde a 3,4%, do total, apurou-se que o agressor tinha o ensino secundário; em sete 7 dos casos analisados, que perfazem 4,8% do total, o agressor era possuidor de licenciatura; e, por fim, em 10 casos, correspondente a 6,8% do total, o agressor era iletrado.

f

Quadro 39

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS AGRESSORES		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Ensino Básico	54	40,6%
Ensino Secundário	9	6,8%
Ensino Superior	7	5,3%
Não sabe ler/escrever	0	0%
N/Especificado	63	47,4%
TOTAL	133	100%

Curiosamente, a situação relativa às habilitações literárias dos agressores, no que diz respeito ao crime de violência doméstica, é muito semelhante ao quadro anterior.

Assim, dos 133 processos concluídos, existiram 63 casos, o que corresponde a 47,4% do total, em que não foi possível determinar as habilitações académicas do agressor; em 54 processos, equivalente a 40,6% do total, constatou-se que o agressor tinha somente o ensino básico; em 9 desses processos, correspondente a 6,8%, do total, apurou-se que o agressor tinha o ensino secundário; e em 7 casos analisados, equivalente a 5,3% do total, o agressor era possuidor de licenciatura. Não se verificou nenhuma situação de iliteracia.



14.5 Profissões dos Agressores

Quadro 40

PROFISSÃO DOS AGRESSORES			
CRIME VIOLENTO			
Avicultor	1	Mediador de seguros	2
Agricultor	7	Mecânico	6
Assistente operacional	3	Militar	1
Ajudante de cozinha	2	Mediador imobiliário	2
Ajudante de padeiro	1	Monitor	2
Advogado	3	Motorista	1
Barman	1	Medicina alternativa	1
Cabeleireira	1	Operário da construção civil	8
Carpinteiro	3	Operário	1
Calceteiro	1	Pedreiro	6
Canalizador	1	Pescador	1
Comerciante	4	Pintor de automóveis	1
Não apurada	26	Pintor construção civil	6
Doméstica	1	Pintor/decorador	1
Eletricista	2	Professor	2
Empregada de limpeza	1	Reparador de pranchas	1
Empregada fabril	6	Segurança	2
Empregado balcão	1	Serralheiro	2
Empresário/Sócio gerente	5	Soldador	2
Estudante	2	Sem profissão	11
Economista	1	Taxista	1
Fiel de armazém	2	Técnico de manutenção	2
Gerente comercial	2	Talhante	1
Madeireiro	1	Vendedor ambulante	1
Manobrador de máquinas	3	Tripulante de ambulância	1

Nota: Destes 146 agressores, 17 estão em situação de desemprego e 8 estão reformados.

Este quadro mostra-nos as profissões dos autores dos crimes de onde resultaram os pedidos de concessão de um adiantamento da indemnização requeridos a esta Comissão.

Desta análise, podemos afirmar que não existe nenhuma profissão que se destaque de forma expressiva, pelo que, dentro do universo de casos que chegam ao conhecimento

§

desta Comissão, conclui-se que as acções criminosas são transversais a todas as áreas profissionais.

Dos 146 agressores analisados, não foi possível obter qualquer informação relativamente a 26, pelo que poderão ainda ser representativas outras profissões não elencadas.

Existe, contudo, um dado que merece reflexão, assim, do universo de agressores em causa, constatou-se que 11 não tinham profissão definida e 17 estavam desempregados, o que quer dizer que, à data do crime, 28 agressores não tinham ocupação profissional.

Merece ainda reflexão o facto de 8 dos agressores estarem na situação de reforma.

Quadro 41

PROFISSÃO DOS AGRESSORES			
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			
Advogado	1	Gruista	1
Agricultor	6	Inspetor de elevadores	1
Armador de ferro	2	Jardineiro	1
Arquiteto	1	Ladrilhador	1
Assentador de alumínios	1	Manobrador de máquinas	2
Assistente operacional	1	Mecânico	3
Auxiliar	1	Médico	1
Camionista	1	Mineiro	1
Canalizador	3	Motorista	2
Cantoneiro	1	Operário da construção civil	3
Carpinteiro	1	Operário fabril	4
Comerciante	1	Pedreiro /servente	5
Copeiro	1	Pescador	2
Cozinheiro	3	Pintor de construção civil	3
Não apurado/sem profissão	32	Pizaiolo	1
Designer gráfico	1	Reformado/pensionista	12
Economista	1	Restauração	2
Eletrecista	5	Serralheiro civil /mecânico	2
Empregado de armazém	1	Técnico	1
Empregado de balcão	1	Técnico de apoio ao cliente	1
Empregado de café	1	Técnico de informática	1
Empregado de limpeza	2	Técnico de material aeronáutico	1
Empresário	6	Transportes públicos	1
Engenheiro geológico	1	Vendedor	2
GNR	1	Vigilante	3

Nota: Destes 133 agressores, 13 estão em situação de desemprego.

Relativamente aos processos de violência doméstica, nada de relevante há a assinalar, uma vez que não se destaca nenhuma profissão em particular, pelo que, também aqui, se conclui que a prática do crime de violência doméstica é transversal às diferentes áreas profissionais.



14.6 Nacionalidade dos Agressores

Quadro 42

NACIONALIDADE DOS AGRESSORES						
CRIME VIOLENTO						
Tipo de Crime	Portugal	Inglaterra	Suíça	Moldávia	Brasil	Angola
Homicídio	42	1	1	1	4	1
Homicídio na forma tentada	20	0	0	0	2	0
Ofensa à integridade física grave	6	1	0	0	0	0
Ofensa à integridade física simples	3	0	0	0	0	0
Violação	7	0	0	0	0	0
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	17	0	0	0	0	0
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	3	0	0	0	0	0
Furto/Roubo por esticção	1	0	0	0	0	0
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	11	0	0	0	0	0
Violência doméstica	8	0	0	0	0	0
Outros crimes	1	0	0	0	0	0
TOTAL	119	2	1	1	6	1
	81,5%	1,4%	0,7%	0,7%	4,1%	0,7%

Quadro 42 (Continuação)

NACIONALIDADE DOS AGRESSORES						
CRIME VIOLENTO						
Tipo de Crime	Moçambique	Cabo-Verde	S. Tomé	Guiné	Não apurado	TOTAL
Homicídio	0	4	1	0	3	
Homicídio na forma tentada	0	0	0	1	1	
Ofensa à integridade física grave	0	0	0	0	2	
Ofensa à integridade física simples	0	0	0	0	0	
Violação	1	1	0	1	0	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	1	0	0	0	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0	0	0	0	
Furto/Roubo por esticção	0	0	0	0	0	
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0	0	0	0	0	
Violência doméstica	0	0	0	0	0	
Outros crimes	0	0	0	0	0	
TOTAL	1	6	1	2	6	146
	0,7%	4,1%	0,7%	1,4%	4,1%	100%

Da análise do quadro supra, referente aos processos de crime violento, resulta que:

- No que ao crime de homicídio diz respeito, dos 58 casos analisados, 42 homicidas eram de nacionalidade portuguesa; 1 inglês; 1 suíço, 1 moldavo, 1 angolano e 1 santomense; 4 homicidas brasileiros e 4 cabo-verdianos; verificaram-se ainda 3 situações em que

não foi possível apurar a nacionalidade do homicida, por se desconhecer a autoria do crime.

- Nos processos de homicídio na forma tentada, apurou-se que 20 autores do crime eram de nacionalidade portuguesa; 2 eram brasileiros e 1 guineense. Existiu ainda um caso em que não foi possível identificar o agressor, logo não foi possível apurar a sua nacionalidade.
- Já no que diz respeito aos crimes de ofensa à integridade física grave, constatou-se que em 6 casos o agressor era português, em 1 outro caso era inglês, e existiram ainda 2 situações em que não foi possível apurar a nacionalidade do agressor, por o mesmo ser desconhecido.
- Nos 3 casos de ofensa à integridade física simples apurou-se que os agressores eram todos de nacionalidade portuguesa.
- Quanto aos 10 crimes de violação, constatou-se que em 7 casos o violador era português, em cada um dos restantes casos os violadores eram, respectivamente, moçambicano, cabo-verdiano e guineense.
- Relativamente aos 18 crimes de abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, constatou-se que em 17 desses processos, o abusador era de nacionalidade portuguesa e apenas em 1 caso, o abusador era estrangeiro, mais concretamente de Cabo-Verde.
- Nos 3 casos de outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual verifica-se que todos os autores eram de nacionalidade portuguesa.
- Nos restantes crimes de roubo por esticção (1), de roubo na via pública (11), de violência doméstica (8) e de burla ou dano (1), todos os autores eram cidadãos portugueses.

Numa análise final constata-se que nos processos de crime violento concluídos no ano de 2019 nesta Comissão, 81,5% dos agressores eram de nacionalidade portuguesa, seguidos de agressores de nacionalidade brasileira e cabo-verdiana, correspondendo cada um destes a 4,1% do total, correspondendo a soma das restantes 7 nacionalidades a 6,2% da totalidade de agressores analisados.

Quadro 43

NACIONALIDADE DOS AGRESSORES						
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA						
Portugal	Itália	Roménia	Geórgia	Brasil	Angola	Cabo-Verde
111	1	2	1	7	2	3
83,5%	0,8%	1,5%	0,8%	5,3%	1,5%	2,3%

Quadro 43 (Continuação)

NACIONALIDADE DOS AGRESSORES					
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA					
Guiné	S. Tomé	Camarões	Marrocos	Não apurado	TOTAL
1	1	1	1	2	133
0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	1,5%	100%

Analisemos agora as nacionalidades dos agressores do crime de violência doméstica:

- Do universo de 133 agressores, constata-se que 111 são de nacionalidade portuguesa; 1 é de nacionalidade italiana; 2 são de nacionalidade romena; 1 é de nacionalidade georgiana; 7 são de nacionalidade brasileira; 2 são de nacionalidade angolana; 3 são de nacionalidade cabo-verdiana; 1 é de nacionalidade guineense; 1 é de nacionalidade santomense; 1 é de nacionalidade camaronesa; 1 é de nacionalidade marroquina; e, por fim, houve 2 casos em que não foi possível apurar a nacionalidade do agressor.

Desta análise, resulta, à semelhança do crime violento, uma predominância de agressores de nacionalidade portuguesa, correspondendo estes a 83,5% do total de casos, seguido de agressores naturais do Brasil, cujo número ascende a 5,3% do total; e dos agressores cabo-verdianos, que correspondem a 2,3% do total. A soma das restantes nacionalidades corresponde a 7,5% do total de casos analisados.



14.7 Situação prisional dos Agressores

Quadro 44

SITUAÇÃO PRISIONAL DOS AGRESSORES								
CRIME VIOLENTO								
Tipo de Crime	Liberdade		Preso		Falecido		Não apurado	TOTAL
	Pena suspensa		Detido					
Homicídio	2	6,7%	50	48,1%	2	40%	3	42,9%
Homicídio na forma tentada	4	13,3%	18	17,3%	1	20%	1	14,3%
Ofensa à integridade física grave	4	13,3%	3	2,9%	0	0%	2	29%
Ofensa à integridade física simples	3	10%	0	0%	0	0%	0	0%
Violação	2	6,7%	8	7,7%	0	0%	0	0%
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	5	16,7%	12	11,5%	1	20%	0	0%
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0%	3	2,9%	0	0%	0	0%
Furto/Roubo por esticção	1	3,3%	0	0%	0	0%	0	0%
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	1	3,3%	10	9,6%	0	0%	1	14%
Violência doméstica	7	23,3%	0	0%	1	20%	0	0%
Outros crimes	1	3,3%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	30		104		5		7	146
	20,5%		71,2%		3,4%		4,8%	100%

Relativamente à situação prisional dos agressores, no que ao crime violento diz respeito, a situação apurada foi a seguinte:

- Dos 57 autores do crime de homicídio analisados, 2 foram condenados, mas viram a sua pena suspensa; 50 agressores encontram-se presos em cumprimento de pena; 2 faleceram entretanto; e, por fim, em 3 casos, por não ter sido apurada a identidade dos agressores na investigação, o processo foi arquivado sem julgamento.
- Dos 24 autores do crime de homicídio na forma tentada, constatou-se que 4, apesar de condenados, ficaram com pena suspensa; 18 estão presos em cumprimento de pena; um faleceu; e um não foi identificado.
- Dos 9 autores do crime de ofensa à integridade física grave, 4 ficaram com pena suspensa, apesar de condenados; 3 estão presos em cumprimento de pena; e 2 não foram identificados.
- Os 3 autores do crime de ofensa à integridade física simples, apesar de condenados, ficaram todos com pena suspensa.
- Dos 10 autores do crime de violação, 2 ficaram com pena suspensa, apesar de condenados; e 8 estão presos em cumprimento de pena.

§

- Dos 18 autores do crime de abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, constatou-se que 5, apesar de condenados, ficaram com pena suspensa; 12 estão presos em cumprimento de pena; e um entretanto faleceu.
- Os 3 autores de outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual estão todos presos em cumprimento de pena.
- No único caso de crime de roubo por esticção, o autor, apesar de condenado, ficou com pena suspensa.
- Dos autores dos 12 autores do crime de roubo na via pública, apurou-se que um ficou com pena suspensa, apesar de condenado; 10 estão presos em cumprimento de pena; e um destes agressores não foi identificado.
- Dos 8 autores do crime de violência doméstica, constatou-se que 7 foram condenados, mas a pena foi suspensa, e um faleceu antes da leitura da sentença.

Numa análise global, constata-se que dos 146 casos analisados, a 30 agressores, correspondente a 20,5% do total, apesar de condenados foi-lhes aplicada uma pena suspensa; já a 104 agressores, equivalente a 71,2% do total, foi-lhes aplicada pena de prisão efectiva; 5 agressores faleceram, o que equivale a 3,4% do total; e, por fim, 4,8% dos agressores não foram identificados pelas autoridades policiais.

Registe-se ainda que, à exceção do crime de ofensa à integridade física simples, as penas aplicadas aos autores destes crimes violentos são, na esmagadora maioria das vezes, a pena de prisão efetiva.

Quadro 45

SITUAÇÃO PRISIONAL DOS AGRESSORES		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Liberdade	Prisão preventiva	TOTAL
124	9	133
93,2%	6,8%	100%

Relativamente aos agressores denunciados pelo crime de violência doméstica, antes do julgamento, ou seja, quando os processos estão ainda na fase de investigação, no universo

§

de 133 casos analisados, 124 dos agressores ficaram em liberdade, o que corresponde a 93,2% do total, enquanto 9 desses denunciados, o equivalente a 6,8% do total, ficaram na situação de prisão preventiva.



15. CARACTERIZAÇÃO DAS ARMAS UTILIZADAS

Quadro 46

ARMA UTILIZADA								
CRIME VIOLENTO								
Tipo de Crime	Arma branca		Arma de fogo		Outros objectos		Força física	
Homicídio	12	54,5%	18	56,3%	6	37,5%	4	22,2%
Homicídio na forma tentada	6	27,3%	9	28,1%	2	12,5%	0	0%
Ofensa à integridade física grave	0	0%	1	3,1%	5	31,3%	3	16,7%
Ofensa à integridade física simples	0	0%	0	0%	3	18,8%	0	0%
Violação	2	9,1%	1	3,1%	0	0%	7	38,9%
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	1	4,5%	0	0%	0	0%	0	0%
Furto/Roubo por esticção	1	4,5%	0	0%	0	0%	0	0%
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0	0%	3	9,4%	0	0%	1	5,6%
Violência doméstica	0	0%	0	0%	0	0%	3	16,7%
Outros crimes	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	22		32		16		18	
		19%		27,6%		13,8%		15,5%

Quadro 46 (Continuação)

ARMA UTILIZADA							
CRIME VIOLENTO							
Tipo de Crime	Injúrias		Não apurado		Não aplicável		TOTAL
Homicídio	0	0%	3	100%	0	0%	
Homicídio na forma tentada	0	0%	0	0%	0	0%	
Ofensa à integridade física grave	0	0%	0	0%	0	0%	
Ofensa à integridade física simples	0	0%	0	0%	0	0%	
Violação	0	0%	0	0%	0	0%	
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	0%	0	0%	17	85%	
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0%	0	0%	2	10%	
Furto/Roubo por esticção	0	0%	0	0%	0	0%	
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0	0%	0	0%	0	0%	
Violência doméstica	5	100%	0	0%	0	0%	
Outros crimes	0	0%	0	0%	1	5%	
TOTAL	5		3		20		116
		4,3%		2,6%		17,2%	100%

Analisemos agora o tipo de arma utilizado pelos agressores na prática dos crimes violentos constantes dos 116 processos concluídos no ano de 2019, sendo que em alguns casos a arma serve apenas como modo de ameaçar e condicionar o comportamento da vítima. Assim:

- No crime de homicídio, em 12 casos o crime foi cometido com recurso a arma branca (faca, navalha, catana, etc.); em 18 casos o homicida utilizou uma arma de fogo; em 6 desses crimes foi utilizado um outro tipo de objeto (chave de fendas, moca, bastão, etc.); e, por último, em 4 casos foi utilizada a força física como arma do crime (asfixia, murros, pontapés, etc.). Refira-se que em 3 casos não foi apurada a arma do crime.
- Relativamente ao crime de homicídio na forma tentada, em 6 casos foi utilizada uma arma branca (faca, navalha, catana, etc.); em 9 crimes o agressor utilizou uma arma de fogo; em 2 outros crimes foi utilizado outro tipo de objeto (chave de fendas, moca, bastão, etc.); e, por último, em 3 casos foi utilizada a força física como arma do crime (asfixia, murros, pontapés, etc.).
- Quanto aos crimes de ofensa à integridade física grave, em um dos casos o crime foi cometido com recurso a arma de fogo; em 5 casos foram utilizados outro tipo de objetos; e, por fim, em 3 casos foi utilizada a força física para o cometimento do crime.
- Os 3 crimes de ofensa à integridade física simples foram todos cometidos com o recurso a objetos diversos.
- Relativamente aos 10 crimes de violação, constatou-se que em 2 casos o violador ameaçou a vítima com arma branca; em um dos casos o agressor condicionou o comportamento da vítima mediante ameaça com arma de fogo; e, por último, em 7 casos, o violador constrangeu a vítima mediante a força e agressão física.
- No que diz respeito aos crimes de abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, não foi utilizada nenhuma arma para condicionar o comportamento das vítimas.
- No único crime de roubo por esticção foi utilizada uma arma branca.
- Nos 3 crimes de roubo na via pública foi sempre utilizada arma de fogo.
- Já nos crimes de violência doméstica, em 3 casos o agressor agiu sobre a vítima com recurso a injúrias e nos restantes 5 casos, recorreu à força física para a prática do crime.

Em conclusão, constata-se que em 27,6% dos casos analisados foi utilizada arma de fogo para a prática do crime; em 19% dos crimes os agressores recorreram ao uso de arma

branca; em 15,5% dos casos foi o recurso à força física que permitiu a prática do crime e em 13,8% das situações, o crime foi praticado utilizando outro tipo de objetos (chave de fendas, moca, bastão, etc.).

Verifica-se assim que a arma de fogo é o objeto mais utilizado como arma de crime, seguido da arma branca, do recurso à força física e da utilização de objectos diversos, porém, se somarmos os últimos três valores, conclui-se que 48,3% dos crimes são praticados com a utilização de “armas” totalmente disponíveis a qualquer cidadão, o que é manifestamente uma conclusão a ter em consideração.

Quadro 47

ARMA UTILIZADA							
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA							
Arma branca	Arma de fogo	Outros objectos	Força física	Injúrias	Ameaça/Coação	Não apurado	TOTAL
2	1	2	76	38	11	3	133
1,5%	0,8%	1,5%	57,1%	28,6%	8,3%	2,3%	100%

Relativamente ao crime de violência doméstica, a situação é completamente diferente, existindo um recurso a armas ou objetos muito menor do que no crime violento, sendo que a força física dominam este contexto de forma exponencial, conforme resulta dos 133 processos analisados:

- Dos casos analisados, apenas em 2, equivalente a 1,5% do total, foi utilizada arma de fogo na prática do crime.
- No que diz respeito a arma branca, esta foi utilizada apenas em um caso, correspondente a 0,8% do total.
- Também no que diz respeito a outros objetos para agredir ou ameaçar as vítimas, estes foram utilizados em apenas 2 casos, também correspondente a 1,5% do total.
- Já em 76 casos, o que equivale a 57,1% do total, o crime foi praticado com a utilização de força física sobre a vítima, traduzindo-se em agressões físicas de várias naturezas, como sejam bofetadas, murros, pontapés, empurrões, puxões de cabelo, etc.
- Depois no contexto da violência doméstica constata-se a existência de uma violência verbal exercida por meio de injúrias, que visam ofender o bom nome, a reputação e afetar de forma profunda a auto-estima e o amor-próprio da vítima, causando assim

grandes danos a nível psicológico, tornando-a vulnerável e incapaz de reagir. É esta a situação em 28,6% dos casos analisados.

- Por fim, em 11 casos, correspondente a 8,3% do total, o agressor exerceu a sua violência por meio de ameaças, causando temor reverencial na vítima. A maior parte destes casos são também acompanhados de injúrias proferidas contra a vítima.

Conclui-se assim que, relativamente à violência doméstica, a força física surge como o principal meio utilizado para a consumação do crime, seguindo-se as injúrias e as ameaças.



16. RELAÇÃO ENTRE OS INTERVENIENTES NO PEDIDO

16.1 Relação entre a Vítima e o Agressor

Quadro 48

RELAÇÃO VÍTIMA - AGRESSOR						
Tipo de Crime	CRIME VIOLENTO					
	Cônjuge Companheiro/a	Ex-Cônjuge Ex-Companheiro/a	Filho/a	Enteado/a	Sobrinho/a	Cunhado/a
Homicídio	8	3	4	0	0	1
Homicídio na forma tentada	2	1	0	0	0	0
Ofensa à integridade física grave	0	0	0	0	0	0
Ofensa à integridade física simples	0	0	0	0	0	0
Violação	1	0	1	0	0	0
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	0	3	1	2	0
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0	1	0	0	0
Furto/Roubo por esticção	0	0	0	0	0	0
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0	0	0	0	0	0
Violência doméstica	1	5	1	0	0	0
Outros crimes	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12	9	10	1	2	1
	8,6%	6,5%	7,2%	0,7%	1,4%	0,7%

Quadro 48 (Continuação)

RELAÇÃO VÍTIMA - AGRESSOR						
Tipo de Crime	CRIME VIOLENTO					
	Namorado/a	Ex-Namorado/a	Amigo/a	Vizinho/a	Senhorio/a	Empregador/a
Homicídio	0	0	4	6	0	1
Homicídio na forma tentada	1	1	1	2	0	1
Ofensa à integridade física grave	0	0	0	0	0	0
Ofensa à integridade física simples	0	0	0	0	0	0
Violação	0	1	0	2	1	0
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	0	3	1	0	0
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0	0	0	0	0
Furto/Roubo por esticção	0	0	0	0	0	0
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0	0	0	0	0	0
Violência doméstica	0	1	0	0	0	0
Outros crimes	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1	3	8	11	1	2
	0,7%	2,2%	5,8%	7,9%	0,7%	1,4%

Quadro 48 (Continuação)

RELAÇÃO VÍTIMA - AGRESSOR						
Tipo de Crime	CRIME VIOLENTO					TOTAL
	Fundnário/a	Sócio/a	Aluno/a	Conhecido/a	Desconhecido/a	
Homicídio	0	1	0	24	13	65
Homicídio na forma tentada	1	0	0	5	2	17
Ofensa à integridade física grave	0	0	0	4	5	9
Ofensa à integridade física simples	0	0	0	2	1	3
Violação	0	0	0	2	2	10
Abuso sexual criança/adolescente/menor dependente	0	0	1	6	0	17
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	0	0	0	1	1	3
Furto/Roubo por esticção	0	0	0	0	1	1
Roubo na via pública (excepto p/esticção)	0	0	0	0	5	5
Violência doméstica	0	0	0	0	0	8
Outros crimes	1	0	0	0	0	1
TOTAL	2	1	1	44	30	139
	1,4%	0,7%	0,7%	31,7%	21,6%	100%

Os quadros que antecedem representam as relações existentes entre a vítima e o seu agressor no âmbito dos crimes violentos.

- No que diz respeito aos crimes de homicídios, e no âmbito familiar, constata-se que em 8 situações, o homicida foi o cônjuge ou companheiro da vítima; em 3 casos, o homicida foi o ex-cônjuge ou ex-companheiro; e, por fim, em um dos casos, o autor do crime foi o cunhado. Depois, já no contexto das relações sociais, verifica-se que em 4 situações, o autor do crime foi um amigo da vítima; em 6 situações, foi um vizinho; e em 24 casos foi uma pessoa conhecida da vítima. Na esfera profissional, constata-se a existência de um caso em que o homicida era o empregador da vítima; e, em outro caso, o sócio. Apenas em 13 situações, não existia qualquer relação entre a vítima e o agressor.
- No que diz respeito ao homicídio na forma tentada, no contexto familiar, constatou-se que em 2 situações, o agressor foi o cônjuge ou companheiro da vítima; em uma situação, o crime foi praticado pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro; e, por fim, em um caso o autor do crime foi o namorado; e, em outro caso, o ex-namorado. Na esfera das relações sociais, verifica-se uma situação em que o autor do crime foi um amigo da vítima; em 2 situações, foi um vizinho; e, por último, em 5 casos, o agressor era conhecido da vítima. No âmbito das relações laborais, constata-se que em um caso foi um funcionário da vítima a cometer o crime; e, em outro caso, o patrão da vítima foi autor do crime. Em apenas 2 situações, não existia qualquer tipo de relação entre a vítima e o agressor.

- No que diz respeito aos crimes de ofensa à integridade física grave, em 4 casos, os crimes foram cometidos por conhecidos da vítima; e, em 5 casos, o crime foi praticado por pessoa desconhecida.
- Já quanto ao crime de ofensas à integridade física simples, em 2 casos os crimes foram cometidos por pessoa conhecida da vítima; e, em um caso, o autor do crime era pessoa desconhecida.
- No que diz respeito ao crime de violação, no âmbito das relações familiares, verifica-se que um crime foi cometido pelo cônjuge ou companheiro da vítima; em um caso o crime foi cometido por um filho da vítima; e, por último, surge um caso em que o crime foi cometido pelo ex-namorado da vítima. Já no contexto das relações sociais, constata-se que em 2 casos, o crime foi cometido por vizinhos da vítima; em um situação o agressor foi o senhorio da casa onde a vítima vivia, e, por fim, em 2 situações o violador era uma pessoa conhecida da vítima. Em apenas 2 casos, verificou-se que não existia nenhuma relação entre o violador e a vítima.
- Relativamente ao crime de abuso sexual de crianças, no contexto da dinâmica familiar, apurou-se que em 3 casos o abusador era o pai da criança; em um outro caso o agressor era o padrasto; e, por último, em 2 situações o abusador era o tio da vítima. No âmbito das relações sociais, em 3 casos o crime foi cometido por um amigo dos pais da vítima; em um outro caso a vítima era vizinha do abusador; em um outro caso a vítima era aluno do agressor; e, por fim, em 6 casos, o abusador era conhecido da vítima.
- Quanto aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, apurou-se que em um dos casos o agressor era o filho da vítima; em uma outra situação o crime foi cometido por uma pessoa conhecida da vítima; e, por fim, no último caso o agressor era desconhecido.
- No crime de roubo por esticção, não existia nenhuma relação entre a vítima e o agressor, o mesmo acontecendo em todos os outros crimes de roubo na via pública.
- Por fim, nos casos do crime de violência doméstica, em um dos casos o crime foi cometido pelo cônjuge ou companheiro da vítima; em 5 outros casos o agressor foi o ex-cônjuge ou o ex-companheiro; em um dos casos o crime foi cometido pelo filho da vítima; e, por fim, no último caso o crime foi cometido pelo namorado da vítima.
- Nos outros crimes (burla, dano, etc.) no único caso analisado o crime foi cometido por um funcionário da vítima

Em conclusão, pode afirmar-se que a esmagadora maioria dos crimes são cometidos por pessoas com relações de proximidade com a vítima. Assim, 28,1% dos crimes foram cometidos por familiares das vítimas; 50,4% dos crimes violentos foram cometidos por pessoas amigas ou conhecidas das vítimas; e, por fim, em 21,6% dos crimes violentos não havia qualquer relação entre as vítimas e os criminosos.

Quadro 49

RELAÇÃO VÍTIMA - AGRESSOR						
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA						
Cônjuge Companheiro/a	Ex-Cônjuge Ex-Companheiro/a	Filho/a	Enteado/a	Namorado/a	Não apurado	TOTAL
89	34	5	1	3	1	133
66,9%	25,6%	3,8%	0,8%	2,3%	0,8%	100%

Relativamente às relações entre as vítimas e os agressores nos 133 processos do crime de violência doméstica, concluídos em 2019, a situação apurada foi a seguinte:

- Em 89 dos casos denunciados, o agressor era o cônjuge ou companheiro da vítima; em 34 outros casos, o denunciado era o ex-cônjuge ou ex-companheiro; em 5 casos, o agressor era o filho da vítima; existindo um outro caso em que o denunciado era o enteado da vítima; e, por último, em 3 casos, o denunciado era o namorado.



16.2 Relação entre o/a Requerente (vítima indirecta) e a Vítima nos casos de homicídio e outros crimes cujo resultado é a morte

Quadro 50

RELAÇÃO REQUERENTE (VÍTIMA INDIRECTA) - VÍTIMA DIRECTA						
CRIME DE HOMICÍDIO e outros crimes com o resultado morte						
Cônjuge	Companheiro/a	Pai	Mãe	Filho/a	Irmão/ã	Colega de trabalho
10	1	5	10	36	2	1
15,4%	1,5%	7,7%	15,4%	55,4%	3,1%	1,5%

Como nota introdutória desta análise, importa esclarecer que, a única circunstância em que o adiantamento da indemnização deferido pela Comissão é atribuído a outra pessoa que não a vítima direta do crime acontece, apenas e exclusivamente, nos casos em que do crime resulta a morte desta.

Mesmo nos casos em que a vítima é menor de idade, ou incapaz de se fazer representar junto desta Comissão em resultado de anomalia psíquica, o adiantamento da indemnização é sempre depositado em conta bancária titulada pela vítima direta.

Para um melhor entendimento, a Comissão, nos casos de morte da vítima, refere-se aos/às requerentes como vítimas indirectas, sendo que, nestas circunstâncias e de acordo com o quadro normativo vigente, apenas os danos patrimoniais são considerados.

Em 2019 foram recebidos 65 pedidos de adiantamento de indemnização formulados por requerentes que tinham com a vítima direta do crime a seguinte relação:

- Em 10 casos, correspondente a 15,4% do total, o pedido foi apresentado pelos cônjuges das vítimas do crime.
- Em um dos casos, equivalente a 1,5% do total, o pedido foi submetido pela companheira da vítima.
- Em 5 casos, a que corresponde 7,7% do total, os requerentes eram os pais das vítimas.
- Em outros 10 casos, também equivalente a 15,4% do total, os requerimentos foram apresentados pelas mães das vítimas.
- Em 36 casos, correspondente a 55,4% do total, os pedidos foram submetidos pelos filhos das vítimas;
- Em 2 dos casos, o equivalente a 3,1% do total, os requerentes eram irmãos das vítimas.

§

- E, por fim, em um dos casos, correspondente a 1,5% do total, o pedido foi apresentado por uma colega de trabalho da vítima, que havia presenciado o crime.

A análise que antecede permite concluir que, nos casos de morte da vítima, mais de metade dos pedidos que chegam a esta Comissão são apresentados pelos filhos dessas vítimas.

Um número significativo destes requerentes são menores que viram um dos progenitores (em regra, o pai) assassinar o outro, ficando nestes casos, nesse momento, sem ambos os progenitores. Sem um deles, porque foi assassinado, e sem o outro, ou porque foi preso em consequência do crime, ou porque se suicidou de seguida. Este é também o reflexo das situações extremas de violência doméstica e das consequências dramáticas dos homicídios neste contexto, sendo que estes filhos são, por vezes, as vítimas esquecidas desses crimes.



§

17. TOTAL DE CRIMES POR TRIBUNAL DE COMARCA

Quadro 51

TRIBUNAL					
CRIME VIOLENTO			VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Almada	3	2,6%	Açores	3	2,3%
Aveiro	8	6,9%	Aveiro	7	5,3%
Beja	2	1,7%	Beja	4	3,0%
Braga	4	3,4%	Braga	7	5,3%
Bragança	3	2,6%	Bragança	1	0,8%
Castelo Branco	2	1,7%	Castelo Branco	1	0,8%
Coimbra	6	5,2%	Coimbra	3	2,3%
Évora	3	2,6%	Évora	8	6%
Faro	10	8,6%	Faro	6	4,5%
Guarda	1	0,9%	Leiria	6	4,5%
Leiria	8	6,9%	Lisboa	12	9%
Lisboa	12	10,3%	Lisboa Norte	11	8,3%
Lisboa Norte	6	5,2%	Lisboa Oeste	13	9,8%
Lisboa Oeste	9	7,8%	Portalegre	1	0,8%
Madeira	2	1,7%	Porto	27	20,3%
Portalegre	3	2,6%	Porto Este	5	3,8%
Porto	13	11,2%	Santarém	3	2,3%
Porto Este	6	5,2%	Setúbal	7	5,3%
Santarém	3	2,6%	Viana do Castelo	2	1,5%
Setúbal	2	1,7%	Vila Real	1	0,8%
Viana do Castelo	3	2,6%	Viseu	3	2,3%
Vila Real	1	0,9%	Não apuradas	2	1,5%
Viseu	4	3,4%		133	100%
116			100%		
No estrangeiro:					
Alemanha	1	0,9%			
Brasil	1	0,9%			

8

Este quadro demonstra que o maior número de pedidos vem das maiores comarcas do país, como é o caso de Lisboa e Porto, como seria naturalmente de esperar, dada a maior densidade demográfica e conseqüentemente um maior número de crimes.

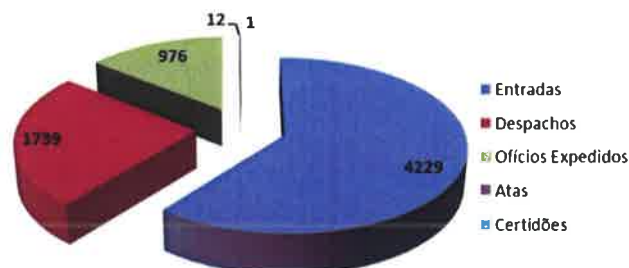
Porém, destaca-se aqui um pormenor interessante relativamente à comparação das percentagens de crime violento e de violência doméstica. Se no crime violento existe um relativo equilíbrio entre a área da grande Lisboa e do grande Porto, na violência doméstica constata-se uma predominância de pedidos com origem na comarca do Porto.



18. SERVIÇOS DE APOIO NA CPVC

Quadro 52

SERVIÇOS DE APOIO		
Entradas	4229	60,79%
Despachos	1739	25%
Ofícios Expedidos	976	14,03%
Atas	12	0,17%
Certidões	1	0,01%



Este último quadro mostra-nos o movimento documental dos serviços administrativos da Comissão. É um setor que cresceu exponencialmente, relativamente ao último ano, e tudo aponta para que vá continuar a ser um setor em crescimento, pois trata-se de um dos pontos nevrálgicos desta Comissão, já que toda a gestão documental é aqui efectuada. É um ponto muito crítico, pois existem apenas duas funcionárias administrativas, que têm toda a área administrativa a seu cargo e sendo totalmente responsáveis pela autuação e instrução de todos os processos.

A metodologia utilizada é arcaica, pois os registos são ainda manuais. Não existe uma base de dados para registo e tramitação dos processos e onde se possa, por exemplo, saber se determinado requerente já formalizou anteriormente um pedido, que documentos juntou, qual a sua morada ou obter outros elementos de identificação, sem consulta direta do processo, ou ainda, procurar correspondência antiga, e, extrair dados estatísticos actualizados ao momento. Tudo é feito à mão por essas duas funcionárias.

Urge, pois, aumentar o número de recursos humanos nesta área e conseguir, de uma vez por todas, construir uma base de dados, que simplifique os procedimentos e possa libertar estas funcionárias para outro tipo de serviço, possibilitando um aumento na rapidez das respostas da Comissão aos requerentes.

No ano de 2019, deram entrada na Comissão 4.229 documentos, uma média de 11,5 documentos por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, todos eles têm obrigatoriamente de ser registados e remetidos para os respetivos processos. Foram expedidos 976 ofícios, uma média de 3 por dia, incluindo também sábados, domingos e feriados.



A Comissão emitiu 1.739 despachos, onde se incluem Projetos de Decisão e Decisões Finais. Foram ainda elaboradas 12 Atas e emitida uma Certidão.

Claramente se depreende que este elevado movimento documental é oneroso para apenas duas funcionárias administrativas.



19. OUTRAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

À semelhança dos anos anteriores, a Comissão foi convidada para estar presente em inúmeros eventos relacionados com a problemática do crime violento e da violência doméstica.

Foram recebidos um considerável número de convites para estar presente em debates, conferências, simpósios e ações de formação.

De entre esses convites, sem prejuízo de outros não elencados, destacam-se os seguintes:

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ◆ 05/02
Tomada de posse do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Salão Nobre do Ministério da Justiça
Lisboa
 ◆ 25/02
Ponto de Contacto - RJE - Rede Civil
Reunião Brexit
Conselho Superior da Magistratura
Lisboa
 ◆ 07/03
16ª Reunião dos Membros Nacionais da RJE Civil
Conselho Superior da Magistratura
Lisboa
 ◆ 07/03
Direção-geral da Qualificação dos Trabalhadores e Funções Públicas
Apresentação do Programa de Capitação Sobre Segurança e Saúde no Trabalho
Teatro Thalia
Lisboa
 ◆ 07/03
Assinatura dos protocolos para a criação nos Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAP) das Comarcas de Braga, Aveiro, Coimbra, Lisboa Norte, Lisboa Oeste e Faro de Gabinetes de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (GAV)
Palácio Foz | <p>Lisboa</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ 07/03
Antestreia do filme “Mulheres do Meu País”
Convite da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa
Cinema São Jorge
Lisboa
 ◆ 15/03
VII Seminário sobre Violência Doméstica
DIAP de Lisboa
Campus de Justiça
Lisboa
 ◆ 18/03
Abertura da II Ronda de Trabalhos da XX Cimeira Judicial Ibero-americana
Salão do Supremo Tribunal de Justiça
Lisboa
 ◆ 22/03
Entrevista
Deco Proteste - Dra. Dionilde Lourenço
Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes
Lisboa
 ◆ 29/03
Sessão de Entrega dos Certificados de Homologação de Projetos Experimentais de Inovação
Direção-geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas |
|---|--|

Salão Nobre da Imprensa Nacional Casa da Moeda
Lisboa

◆ 29/03
Conferência “A *Violência Doméstica Como Crime Violento*”
Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação
Assembleia da República
Lisboa

◆ 12/04
Orador na Conferência sobre Violência Doméstica
Ordem dos Advogados
Amadora

◆ 12/04
Comemoração do 18º Aniversário da IGSIJ
Salão Nobre do Ministério das Finanças
Lisboa

◆ 12/04
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Workshop Grévio
Auditório do Liceu Camões
Lisboa

◆ 29/04
Interveniente na conferência sobre o tema “*Violência Doméstica*”
Convite do Vice-Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Lisboa
Auditório da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira

◆ 30/04
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Jornadas CPCJ
Centro Cultural do Entroncamento

◆ 09/05
17.ª Reunião Membros Nacionais da RJE Civil

Conselho Superior da Magistratura
Lisboa

◆ 10/05
Conferência “*Agenda 2030 - uma agenda de inovação na gestão pública*”
Convite da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público
Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa

◆ 22/05
Conferência “*Encontros Temáticos*” subordinada ao tema “*Direitos Humanos e Inclusão*”
Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça
Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD)
Lisboa

◆ 22/05
Conferência “*Violência Doméstica - uma abordagem interdisciplinar*”
Auditório Agostinho da Silva
Lisboa

◆ 29/05
Cerimónia da Abertura do Espaço de intervenção e de assessoria no Combate à Violência da Comarca de Lisboa Oeste “*ESPAÇO - IACV*” do DIAP da Comarca, que integra o Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e de Género da Comarca “*CAVLO*” e o Gabinete de Assessoria Técnica “*GAT*” no âmbito do Combate à Violência Interpessoal
Convite da Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Oeste e o Conselho de Gestão do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste
Tribunal Judicial de Sintra

◆ 30/05
Vice-Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Lisboa
Interveniente na conferência sobre o tema *Violência Doméstica*
Auditório dos Paços do Conselho

Torres vedras

◆ 30/05
1ª Conferência do Ciclo de Inovadores na
Administração Pública
Convite da Diretora-geral da Qualificação dos
Trabalhadores em Funções Públicas (INA)
Biblioteca do INA
Lisboa

◆ 4/06
Cerimónia de encerramento do II Curso de
Formação inicial para juizes de Cabo Verde
Centro de Estudos Judiciários (CEJ)
Lisboa

◆ 11/06
Reunião
Secretário-Geral do Ministério da Justiça
Senhora Secretaria-geral do Ministério da
Justiça
Lisboa

◆ 14/06
Reunião
Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Ministério da Justiça
Lisboa

◆ 18/06
Reunião
Senhora Ministra da Justiça
Ministério da Justiça
Lisboa

◆ 27/06
Sessão de lançamento do “*Concurso de
Melhores Práticas de Mobilidade para a
Conciliação - MOVE+*”
Auditório do grupo Águas de Portugal
Lisboa

◆ 29/06
Debate sobre Inovação e Futuro dos Serviços
Públicos Locais
Auditório dos Serviços Sociais da Câmara
Municipal de Lisboa

◆ 02/07
Conversa sobre a Memória e o Futuro da
Administração Pública
“*A Política de ambiente como corolário da
integração de políticas e da participação na
tomada de decisão*”
Biblioteca do INA
Lisboa

◆ 03/07
Encontros de Inovação na Justiça
Auditório Principal Laboratório Nacional de
Engenharia Civil
Lisboa

◆ 12/07
Apresentação do Centro de Desenvolvimento
de Liderança
Salão Nobre do Ministério das Finanças
Lisboa

◆ 19/07
Cerimónia de Entrega de Prémios para
Projetos Inovadores na Gestão Pública
Cineteatro Capitólio - Teatro Raul Solnado
Lisboa

◆ 16/09
Sessão Solene de Abertura dos Concursos
Centro de Estudos Judiciários
Lisboa

◆ 25/09
18.ª Reunião dos Membros Nacionais da RJE
Civil
Conselho Superior da Magistratura
Lisboa

◆ 25/09
Conversas sobre a Memória e o Futuro da
Administração Pública
Direção-Geral da Administração dos
Trabalhadores em Funções Públicas
Lisboa

◆ 26/09

§

II Plano Municipal de Prevenção e Combate à
Violência Doméstica e de Género do Município
de Lisboa 2019-2012
Câmara Municipal de Lisboa

◆ 30/09
Apresentação do livro "*Criminalidade e
Segurança*"
Centro de Estudos Judiciários
Lisboa

◆ 17/10
Tomada de posse do Excelentíssimo Senhor
Juiz Conselheiro Olindo dos Santos Gerales
Salão Nobre do Supremo Tribunal de Justiça
Lisboa

◆ 29/10
Conferência Internacional sobre Violência
Doméstica
Conselho Regional de Lisboa
Faculdade de Direito da Universidade de
Lisboa

◆ 31/10
Conferência Internacional "*Trauma and
Sexualized Violence*"
Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa

◆ 20/11
Projecto RAMSES - Final Conference
Polícia Judiciária
Lisboa

◆ 20/11
Cerimónia de tomada de posse da Diretora-
Geral da Administração da Justiça
Salão Nobre do Ministério da Justiça
Lisboa

◆ 06/12
Sessão de divulgação dos serviços
disponibilizados pela Chave Móvel Digital
HUB Justiça
Lisboa


◆ 09/12
19ª reunião de membros nacionais da RJE Civil
Conselho Superior da Magistratura
Lisboa

◆ 16/12
Sessão sobre "*Capitação e Liderança na
Administração Pública*"
Teatro Thalia
Lisboa

◆

Aprovamos o Relatório,
Lisboa, 30 de abril de 2020

A Comissão


O Presidente,

(Carlos Anjos)

Os Vogais,


(Paula Dias da Silva)


(Artur Cordeiro)


(Maria Fernanda Alves)


(Pedro Cabeça)

